



UC/FPCE\_2013

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**O Processo de Adaptação de Crianças e Jovens em  
Risco ao Acolhimento Prolongado em Lares de Infância  
e Juventude**

Bárbara Sofia Ferreira Sampaio da Costa (e-  
mail:barbarasampaiodacosta@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento  
e Aconselhamento sob a orientação da Professora Doutora Luiza Nobre  
Lima

## **Resumo**

Este trabalho tem como objectivo conhecer o processo de adaptação das crianças e jovens em risco ao acolhimento prolongado em Lares de Infância e Juventude, através das diferentes vivências que estas experienciam ao longo do acolhimento institucional. Tentou-se igualmente perceber de que modo esta experiência de vida influenciou a percepção que os adolescentes tinham de si próprios.

Embora alguma investigação, muita de natureza qualitativa, tenha vindo a procurar identificar as necessidades das crianças e jovens institucionalizados e aceder às suas experiências de vida, a investigação acerca do percurso vivido durante a institucionalização ainda é escassa e merece uma análise mais pormenorizada.

Com recurso à metodologia da Grounded Theory, partiu-se da recolha de narrativas de nove adolescentes institucionalizados, 6 raparigas e 3 rapazes, com uma média etária de 17, 7 anos (DP= 1,15), levadas a cabo em três Lares de Infância e Juventude. A análise destas narrativas permitiu identificar a existência de quatro fases de adaptação ao acolhimento prolongado de crianças e jovens em risco: fase de (des)amparo, fase da revolta, fase da resignação e fase da pré-autonomia. Em todas estas fases o sofrimento devido à separação da família é reflectido de alguma forma e o sentimento de ligação, de suporte e de partilha parece ser a melhor forma de atenuar esta dor em todas as fases e permitir uma melhor autonomia de vida ao sair da instituição.

Palavras-Chave: adolescentes; Lares de Infância e Juventude; adaptação institucional

## **Abstract**

This work aims to study the process of adaptation of children and young people at risk to extended placement in Childhood and Youth Homes, by looking into the different experiences they go through during institutional care. It was also a goal to understand in which way this experience had influenced the perception they have about themselves..

Although the research, essentially of qualitative nature, has been seeking to identify the needs of children and young people in residential care and to have access to their life experiences, research about the time lived in institutions is still scarce and deserves a more detailed analysis.

Through Grounded Theory procedures, the narratives of nine institutionalized adolescents, 6 girls and 3 boys with a mean age of 17,7 years (DP= 1,15) undertaken in three Childhood and Youth Homes. The analysis of these narratives identified the existence of four stages of adaptation to extended placement of children and young people at risk: phase of (un)support, phase of revolt, phase of resignation and phase of pre-autonomy. In all these phases the suffering due to separation from family is

reflected in some way and the feeling of connection, sharing and support seems to be the best way to alleviate this pain at all stages and allow greater autonomy of life to get out of the institution.

Key words: adolescents; Childhood and and Youth Homes; institutional adaptation

## **Agradecimentos**

Obrigada...

à Rosa Marina, à Ana Paula, à Maria do Carmo, ao Carlos Eduardo e ao Jim, que fizeram comigo esta caminhada inicial no mundo da psicologia e com quem criei laços que me cativaram para sempre;

à Amaro e à Té pelo conforto familiar fora de casa;

à Cândida, à Ana e ao Samuel pela amizade;

aos tios António e Marília e ao pai pelo suporte;

à Íris, a irmã, pelos telefonemas, pelas discussões construtivas;

à mãe Isaura, pelos valores essenciais de iniciativa e persistência, pela arte do desenrasque, pelo encorajamento a seguir a minha vocação e pelo gosto da escrita;

à Professora Doutora Luiza Nobre Lima pelo esforço paciente e apoio na orientação deste meu primeiro trabalho científico, pela partilha de conhecimento e incentivo constante;

às Instituições e técnicos das mesmas, pela disponibilidade, prontidão e simpatia com que me possibilitaram chegar até aos adolescentes e me acolheram nesse momento;

aos adolescentes que partilharam comigo memórias e esperanças, confidenciando-me pormenores das suas vidas que são o coração deste trabalho.

## Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento Conceptual.....	1
1. Enquadramento legal do acolhimento prolongado em instituição.....	1
2. Institucionalização de menores e desenvolvimento.....	5
3. A vivência nas instituições.....	7
II – Objectivos.....	11
III – Metodologia.....	11
1. Caracterização da amostra.....	12
2. Instrumentos.....	13
3. Procedimentos.....	14
IV – Resultados.....	14
1. A adaptação ao acolhimento prolongado: um processo faseado .....	15
1) Fase do (Des)amparo.....	15
2) Fase da Revolta.....	18
3) Fase da Resignação.....	21
4) Fase da Pré-autonomia.....	23
2. Percepção de si.....	23
1) Percepção de si no momento anterior a institucionalização.....	24
2) Percepção de si no momento da entrevista.....	25
V – Discussão.....	27
VI – Conclusões.....	34
Bibliografia.....	34



## **Introdução**

Quando a família não é capaz de cumprir as suas funções perante uma criança ou adolescente, colocando-a em risco, é aplicada uma medida de protecção. Em Portugal, o acolhimento institucional é a medida que tem maior expressão. Após um longo processo, que começa pela sinalização de uma situação de perigo de uma criança num seio familiar de maus-tratos, e passa pela sua retirada, e por contínuas avaliações com vista a reunir a criança ou jovem à sua família, muitas vezes não se afigura outra solução que não encaminhá-la para o acolhimento prolongado em Lares de Infância e Juventude (Alves, 2007).

A transição do meio familiar para o meio institucional é um processo marcado por uma série de factores - desde a separação da família à adaptação a um mundo completamente novo. É uma mudança não-normativa que tem um impacto a diversos níveis desenvolvimentais – cognitivo, comportamental, afectivo. Não se trata apenas do momento de chegada a um lar, mas de todo um processo de adaptação ao mesmo, onde estas crianças e adolescentes vão crescer, passar momentos importantes da sua vida, longe da sua família (mesmo não sendo uma base segura) e num espaço estranho que vão conhecendo aos poucos e que têm de dividir com inúmeras crianças e jovens que atravessam situações idênticas.

Ainda que a análise e diagnóstico da situação familiar seja constante, com vista a que estas crianças e jovens regressem a casa, na maioria dos casos os adolescentes saem quando atingem a maioridade pois a família não reúne condições para os acolher. E desde a entrada na instituição à saída, a criança cresce, desenvolve-se e deixa de ser criança. Para estes adolescentes, os momentos vividos foram sem dúvida diferentes dos das crianças que cresceram do seio das suas famílias. As vivências, os sentimentos e os comportamentos por que passaram marcam assim este período e a forma como viveram e se adaptaram a este acolhimento prolongado, ainda que existisse a possibilidade de regresso (Lima, 2009).

O projecto de investigação descrito ao longo desta tese, visa compreender o processo de adaptação de crianças e jovens em risco ao acolhimento prolongado em Lares de Infância e Juventude através da análise de narrativas de jovens institucionalizados há mais de 5 anos, baseada no método da Grounded Analysis, um método orientado para a descoberta.

## **I – Enquadramento conceptual**

### **1. Enquadramento Legal do acolhimento prolongado em Instituição**

O contexto família mostra-se, muitas vezes, incapaz de criar as condições necessárias para um desenvolvimento saudável de uma criança ou

adolescente. Nas circunstâncias em que a família falha em providenciar estas condições, as crianças e jovens vivem, de uma maneira geral, numa situação de vulnerabilidade inerente ao seu estado etário encontrando-se expostas a vários riscos como incapacidade de sobreviverem por si próprias, necessidade de estabelecerem vínculos sociais com a figura materna, e necessidade de interacção com o meio envolvente. Esta relação conflituosa entre as necessidades da criança e a sua satisfação pelos adultos responsáveis que a rodeiam configura uma situação de maus-tratos (Alves, 2007). Existem diversas formas de maus-tratos como i) o abandono, em que há ausência de protecção da criança ou jovem por desistência ou recusa do exercício das competências parentais; ii) a negligência, em que as necessidades afectivas e de desenvolvimento da criança ou jovem são descuradas; iii) o abuso sexual, em que os adultos envolvem a criança ou jovem na prática de actos de natureza sexual; iv) o exercício de poder de autoridade parental através de violência física ou psicológica sobre as crianças ou jovens e v) comportamentos desviantes e/ou aditivos quando a criança se entrega a práticas ou consumos que afectem gravemente o seu desenvolvimento sem que os pais ou representantes legais se oponham. Dado o carácter privado do núcleo familiar torna-se muitas vezes difícil a detecção de situações de risco e, quanto mais elevada é a classe social do agregado familiar mais difícil se torna esta mesma detecção (Alves, 2007).

Quanto à etiologia de maus-tratos, há múltiplos agentes causais para explicar a ocorrência do abuso físico e negligência. Consideram-se factores históricos, como atitudes sociais em relação à privacidade familiar, contemporâneos como a pobreza, culturais como a tolerância à violência, situacionais como episódios de choro e ainda atributos dos pais como personalidade hostil ou das crianças como temperamento difícil (Parke & Collmer, 1975 in Belsky, 1993). Belsky (1993) revela que dada a contribuição de Bronfenbrenner (1979), passou a ser reconhecido que os maus-tratos infantis são determinados por uma multiplicidade de factores que operam por meio de processos transaccionais em vários níveis de análise na ampla ecologia da relação pai-filho. Além disso, afirma-se que o que determina a existência de mau-trato infantil é o balanço entre os stressores e os suportes ou dito de outro modo, entre os factores potenciadores (os riscos) e compensadores (protectores). Quando os stressores (parentais, da criança, condições sociais) superam os apoios ou quando os factores potenciadores não estão na mesma relação dos compensadores, a probabilidade do mau trato infantil aumenta. A partir do desequilíbrio entre factores de risco e factores protectores, desenham-se múltiplas trajectórias que justificam os maus-tratos infantis e negligência (desenvolvimental, situacional, demográfico, histórico-cultural, evolucionário), não existindo uma trajectória única que explique estes tipo de distúrbios na parentalidade (Cicchetti & Carlson, 1989 in Belsky, 1993).

O maltrato infantil é conhecido por interromper um importante processo de vinculação (Cicchetti, Toth & Bush, 1988 in Wolfe, 1999), um processo crítico em curso que começa entre os 6 e os 12 meses de idade e que, normalmente, proporciona às crianças uma segura e consistente base



para explorar e aprender acerca do seu mundo. As relações prematuras das crianças com os cuidadores e outros adultos providenciam experiência, conhecimento e expectativas que os ajudam a representar modelos de relações que carregam para novas situações sendo também a base para a formação do seu estilo interpessoal. Os episódios de abuso infantil e negligência, seja crónica ou esporádica, podem quebrar este processo natural e interferir com as habilidades da criança para procurar conforto e para regular os seus próprios processos emocionais e fisiológicos (Cicchetti et al., 1988; Main & Solomon, 1990 in Wolfe, 1999).

David Wolfe (1999) construiu um modelo em que representou as trajetórias mediadoras que explicam as relações entre os maus tratos na infância e as desordens desenvolvimentais demonstrando como as representações relacionais pobres que a criança constrói comprometem a auto-regulação das suas emoções, a consciência social e a aceitação pelos pares, compromissos estes que, por sua vez, poderão determinar problemas crónicos e desordens comportamentais e emocionais. Se estas trajetórias que traduzem percursos maioritariamente de inadaptação forem perdurando ao longo do tempo, e se forem sendo reforçadas pelas experiências que o indivíduo vai vivendo, mais difícil se tornará alterná-las e torna-las mais adaptativas.

Não existe uma solução única para o problema dos maus-tratos, mas a partir do momento em que a família, que é o agente mais importante para o desenvolvimento do indivíduo e para a sua integração na sociedade (Alves, 2007), não é capaz de cumprir as suas funções, são tomadas certas medidas de protecção legisladas de acordo com a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). A primeira medida é o i) apoio junto aos pais, seguida do ii) apoio junto de outro familiar; iii) confiança a pessoa idónea e iv) apoio para autonomia de vida. Ainda como medida de carácter provisório, surgem de seguida, o v) acolhimento familiar e o vi) acolhimento em instituição; por último, vii) a confiança a pessoa seleccionada para adopção ou a instituição com vista a futura adopção. A adopção é a última medida a ser tomada já que a melhor solução deve implicar o mínimo de afastamento possível da família.

Uma vez identificada a existência de uma criança ou jovem em situação de perigo na sua família, é feito um diagnóstico inicial da gravidade do mesmo, avaliando-se a necessidade de retirada da criança. Caso a situação de perigo seja minimizada ou eliminada através da intervenção dos técnicos junto da família, a criança não é afastada. Se mesmo depois dessa intervenção se considerar que não existem condições securizantes para a permanência da criança, providencia-se o seu acolhimento em Centro de Acolhimento Temporário. Se se tratar de uma situação de perigo eminente, com riscos imediatos para a vida da criança, poderá dar entrada numa Unidade de Emergência. Após um diagnóstico mais aprofundado da situação em Centro de Acolhimento Temporário, ao se verificar que estão reunidas condições de segurança, a criança ou jovem pode regressar à família. No entanto, se o perigo permanecer será encaminhada para o Lar de Infância e Juventude. Mesmo sendo de natureza prologada, o acolhimento de uma

criança ou jovem num LIJ deve ser sempre alvo de avaliação contínua (de 6 em 6 meses) com vista a reunificação familiar ou, caso este não seja possível outra alternativa institucional como a adopção, integração no agregado familiar alargado ou se se tratar de um jovem, apoia-lo no início da sua vida independente (Alves, 2007).

De acordo com a LPCJP a intervenção processa-se segundo três níveis de acção. No primeiro nível atribui-se legitimidade às entidades com competência na área de infância e juventude para intervir na promoção dos direitos e na protecção das crianças e jovens, em geral, e das que se encontrem em situação de risco ou perigo. Quando não é possível que as entidades acima mencionadas actuem de forma adequada e suficiente para remover o perigo, passa-se ao segundo nível de intervenção – acção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e por último, o terceiro nível refere-se à intervenção judicial, dos Tribunais (Ramião, 2010). Esta intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e de jovem em perigo obedece a vários princípios: Interesse Superior da Criança e do Jovem; Privacidade; Intervenção Precoce, ou seja, a intervenção deve ser realizada logo que a situação de perigo seja conhecida; Intervenção Mínima e Proporcionalidade. As instituições de acolhimento são enquadradas por dispositivos regulamentares que apontam para a obrigatoriedade de proporcionar às crianças e jovens acolhidas um ambiente familiar, evidenciando uma consciência das necessidades apresentadas por esta população e das características das instituições e definindo um padrão de funcionamento assente no modelo familiar (Alves, 2007).

Assim, o acolhimento institucional de crianças e jovens em risco é uma medida de protecção que se aplica quando nenhuma outra resulta, abrangida pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (L.P.C.J.P.) que “visa promover e proteger os direitos individuais, sociais, económicos e culturais da criança e do jovem, por forma a garantir o seu bem estar e desenvolvimento integral.” (Ramião, 2010). Assenta em estratégias que visam a redução dos factores de risco e o fortalecimento dos factores de protecção, podendo aumentar a resiliência de crianças e jovens. As instituições que acolhem, por tempo indeterminado, as crianças e jovens que são afastadas da sua família, pelas razões já apresentadas, designam-se por Lares de Infância e Juventude (LIJ). Aos LIJ compete-lhes respeitar a individualidade e privacidade de cada criança/jovem; estimular a aquisição de crenças e valores; garantir condições de saúde e alimentação saudável (Alves, 2007). Apesar do acolhimento em LIJ constituir uma medida de acolhimento prolongada verifica-se que em quase metade dos casos constitui a primeira estratégia de intervenção tentada para solucionar a situação de risco ou perigo (Gaspar, 2000) Nestas instituições, como forma de estruturação educativa, verifica-se a divisão por grupos de crianças e jovens, que nunca deverão exceder os 12 elementos. A intervenção educativa torna-se desta forma mais fácil, adequada, personalizada e familiar (Alves, 2007).

## 2. Institucionalização de menores e Desenvolvimento

A institucionalização de crianças e jovens não é um facto recente e o impacto da institucionalização nas crianças e jovens tem vindo a ser estudado ao longo dos anos. Nos anos 40 e 50 do século XX, Rene Spitz (1945), William Goldfarb (1955) e John Bowlby (1953 in Lima, 2009) dedicaram-se a investigar crianças, com idades inferiores a três anos, privadas de contacto com a família procurando avaliar o impacto da privação de cuidado e consequente institucionalização no seu desenvolvimento cognitivo. As conclusões alcançadas apontavam para um compromisso com efeitos irreversíveis das capacidades cognitivas destas crianças devido à sua institucionalização precoce. Porém estes estudos foram alvo de diversas críticas devido às suas limitações metodológicas como falta de informação sobre as condições das instituições e sobre os procedimentos de avaliação das crianças (McLean, 2003). Posteriormente, Tizard (1977 in McLean, 2003) realizou investigações em instituições de alta qualidade, nas quais as crianças experienciavam um cuidado adequado e eram socialmente estimuladas. A nível desenvolvimental, os resultados obtidos por estas crianças, diferiam ligeiramente dos das crianças que viviam com as suas famílias e as diferenças eram recuperadas após a adopção.

Actualmente muita investigação a propósito deste tema tem sido desenvolvida, esclarecendo de forma mais precisa e diversificada as relações entre a institucionalização e o desenvolvimento das crianças e adolescentes que passam pela experiência de privação de cuidados. Em 1989, a queda do regime Romeno de Ceausescu trouxe ao conhecimento do mundo inteiro a existência de orfanatos onde muitas crianças viviam em condições de adversidade e privação extrema tão más ou piores do que as que foram detectadas nos estudos iniciais de Bowlby e Goldfarb (Fisher, Ames, Chisholm & Savoie, 1997). Os resultados do estudo conduzido por Rutter e o ERA Study Team (1998) revelam que as crianças dos orfanatos da Roménia apresentavam atrasos no desenvolvimento em domínios como o peso, a altura, o perímetro cefálico e no que respeita ao quociente de desenvolvimento. No entanto, após a sua adopção houve uma recuperação considerável. Estes resultados foram corroborados por outro estudo (Morison, Ames & Chisholm, 1995) que revelou que as crianças romenas adoptadas no Canadá apresentavam atrasos transversais a várias áreas do seu desenvolvimento (pessoal-social, motricidade fina e global e linguagem). Estes atrasos mostraram-se também, de algum modo, recuperáveis, pois não existia um verdadeiro compromisso do desenvolvimento.

Alguns estudos sugerem que algumas crianças institucionalizadas e crianças adoptadas após período de institucionalização revelam dificuldades escolares, apresentando fracos resultados académicos (Vorria et al, 1998; Wormelli & Carter, 1990 in McLean, 2003).

Os estudos recentes sobre institucionalização e os efeitos da privação precoce de cuidados também revelaram existirem problemas de natureza comportamental entre as crianças que estiveram institucionalizadas. Quando comparadas com os grupos de controlo, as crianças

institucionalizadas apresentavam mais problemas de internalização à data de adopção (Fisher et al, 1997) e mais problemas de externalização passado algum tempo sobre a adopção. No período pós-institucionalização, as crianças parecem estar em risco elevado para problemas psicossociais que podem persistir ou até aumentar após ser colocado no contexto familiar (Ames, 1997 in McLean, 2003). Ter permanecido institucionalizado durante o primeiro ou segundo ano de vida tem sido associado à presença de problemas particulares de comportamento como perturbações de comportamento alimentar, comportamentos estereotipados, problemas com os pares, problemas de atenção como elevados níveis de distractibilidade e falhas na concentração (Soares, Silva, Marques, Baptista & Oliveira, 2010). Chisholm (1998) revelou que as crianças com passado de institucionalização apresentavam uma vinculação insegura. McLean (2003) refere que estas crianças por vezes exibem um padrão de vinculação de cuidado compulsivo em resposta a um cuidador responsivo, ou seja, quando um cuidador se comporta desta forma, a criança tende a atraí-lo dando-lhe uma atenção especial. Smyke, Dumitresco & Zeanah, 2002 (in Soares, Silva, Marques, Baptista & Oliveira, 2010) referem que as perturbações de vinculação em crianças institucionalizadas se devem a mudanças frequentes de cuidadores, ao número elevado de crianças em relação a cuidadores e ao trabalho por turnos que tornam difícil para a criança o desenvolvimento de uma relação selectiva com um cuidador. Um comportamento que parece ser típico de crianças institucionalizadas é a amizade indiscriminada (Tizard 1977 in McLean, 2003) como sendo um comportamento amistoso e afectuoso para com todos os adultos, inclusive estranhos, sem receios ou precauções típicas das crianças normais. A sua manifestação faz parecer que qualquer adulto é importante para a criança desde que responda às suas necessidades. A amizade indiscriminada não é ainda um fenómeno totalmente clarificado. Pode ser entendido como um comportamento com uma função adaptativa no contexto de uma Instituição onde os recursos emocionais são limitados ou resultar da falta de oportunidade para estabelecer uma relação de vinculação (McLean, 2003).

Actualmente, os estudos realizados com o objectivo de analisar o impacto da institucionalização nas crianças e jovens demonstram que existem diferenças significativas entre as instituições actuais e as instituições em que estavam colocadas as crianças avaliadas nos primeiros estudos que se realizaram relativamente a esta temática (Spitz 1945; Goldfarb, 1955; Bowlby, 1953 in Lima, 2009). A evolução é marcada na capacidade de resposta às necessidades das crianças e jovens institucionalizados, tendo sido desenvolvidos programas específicos de tratamento. A nível internacional, muitas instituições desenvolveram uma valência terapêutica, procurando através de programas de intervenção (Thomson et al, 1996; Gilbertson; Richardson & Barber, 2005 in Lima, 2009) corrigir uma série de dificuldades que as crianças e jovens apresentam e que exigem intervenção especializadas. Em resultado desta evolução, muitos dos estudos que na actualidade avaliam o impacto da institucionalização são feitos com adolescentes colocados em Instituições onde já são alvo de algum tipo de

intervenção mais estruturada. A mudança de um paradigma assistencial para uma paradigma mais terapêutico implicou uma reorganização das unidades de acolhimento que conduziu, inclusivamente, a alterações na designação destas unidades. Progressivamente, a designação de instituição tem sido substituída por residência (Lima, 2009).

Desta forma, embora a revisão da literatura realizada acerca da institucionalização de menores e o seu desenvolvimento demonstre que esta medida de protecção pode, se certa forma, constituir uma factor de risco para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, está-se a caminhar para uma mudança de paradigma que pretende contrariar esta situação.

Investigações recentes, muitas de natureza qualitativa, têm procurado identificar as necessidades das crianças e jovens institucionalizados e aceder às experiências de vida destes jovens com um percurso marcado por vivências merecedoras de uma análise mais pormenorizada.

### 3. A Vivência nas Instituições

A vivência institucional é marcada por vários momentos na medida em que se revela um longo percurso desde a entrada na instituição até à saída para regressar ao seio familiar ou para uma vida autónoma. A literatura referida ao longo deste ponto tem destacado essencialmente o momento da chegada à instituição. A título de exemplo, Quintães (2009) ao estudar o período de institucionalização numa amostra de indivíduos adultos que foram alvo de institucionalização na infância e/ou adolescência num Lar de Infância e Juventude, verifica que a totalidade da amostra descreve o momento de chegada com grande pormenor sendo um indicador de um momento de forte impacto. A chegada à instituição é uma nova etapa que acarreta novos desafios, novas relações, novos conhecimentos e aquisição de novas competências. Todo o percurso desde este momento de separação até à saída é pautado por várias experiências e emoções. Lima (2009), ao identificar e classificar os principais acontecimentos de vida de crianças e jovens, num estudo sobre estórias de vida de adolescentes acolhidos em Lares de Infância e Juventude, apercebe-se que o momento de entrada para o Lar de Infância e Juventude é sentido como um ponto de viragem nas suas vidas e até na sua identidade. A decisão de retirada da criança ou jovem do meio familiar onde vive e posterior colocação numa instituição, independentemente do motivo que a fundamenta, pode tornar-se num processo difícil para os diferentes actores envolvidos – a criança ou o jovem, a família, os profissionais e a comunidade envolvente – provocando mal-estar em cada um destes sistemas (Quintães, 2009). A partir do momento em que a criança ou jovem é separada do seu meio familiar e social e colocada numa instituição, dá-se um corte abrupto com toda a rede de relações construídas até ao momento da institucionalização, o que possibilita uma vivência subjectiva de afastamento e abandono relativamente à família com as atribuições depreciativas e de auto-desvalorização que tal separação pode motivar (Martins, 2005). As relações afectivas contínuas são as bases

primárias mais importantes para o desenvolvimento das capacidades essenciais da criança, intelectuais, sociais e morais (Brazelton & Greenspan, 2002) e a personalidade de cada um, o self, o núcleo organizador da sua identidade é construída no contexto de relações fundadoras, necessariamente contínuas, duradoiras, investidas de significado pessoal para as partes envolvidas e significantes. A perda ou distorção das relações organizadoras que acontece a estas crianças e jovens aquando do acolhimento institucional, vem multiplicar o carácter paradoxal das suas vivências (Martins, 2005).

Já que o momento de separação da família, no momento de entrada na instituição, parece ser tão relevante, serão abordados os factores que influenciam a reacção da criança à separação da figura de vinculação (Fahlberg, 2004): (1) idade e estágio de desenvolvimento; (2) o seu vínculo à figura materna; (3) a ligação parental mantida com a criança; (4) os momentos de separação já experienciados no passado; (5) a percepção da criança das razões da separação; (6) a preparação da criança para a mudança; (7) a mensagem de partida que a criança recebe; (8) o ambiente para onde a criança vai após a separação; (9) o seu temperamento e (10) o ambiente de onde esta está a ser removida. Veja-se o que determina cada um deles: a separação parental tem um impacto profundo em qualquer idade ou estágio de desenvolvimento (1), o efeito não é melhor ou pior numa fase ou noutra, é apenas diferente, consoante a fase de desenvolvimento que está a atravessar. Em norma, verifica-se uma regressão nas habilidades da criança, adquiridas mais recentemente. Porém se as figuras cuidadoras aceitarem a reacção à separação da criança e persistirem na formação de novos relacionamentos, o desenvolvimento continuará posteriormente (Fahlberg, 2004). Relativamente à relação com a figura parental (2 e 3) e posteriores laços, estes andam lado a lado, ou seja, quanto mais próxima é a vinculação parental melhor é a relação com as figuras substitutas. Um estudo de Healey & Fisher (2011) sobre a relação de factores da primeira infância como o stress ambiental com o estado do desenvolvimento na regulação emocional de crianças adoptadas na idade pré- escolar, conclui que as crianças que entram num lar adoptivo e que já experimentaram diferentes graus de trauma e stresse, têm mais dificuldade em se adaptarem a um novo estilo e uma nova interacção cuidador-criança, podendo levar meses a mostrar sinais de estabilidade e recuperação. Há que considerar também as crianças que experienciaram várias mudanças (4). Estas não reagem marcadamente à separação pois desenvolvem defesas perante a dor, mas mostram hesitação fechando-se emocionalmente perante os outros, pois percebem a falta de estabilidade entre as relações de vinculação (Fahlberg, 2004). A percepção da criança das razões da separação (5) também influencia a sua reacção à mesma na medida em que estas, ao não serem explicadas, criam uma grande probabilidade da criança se sentir culpada. A preparação para qualquer mudança é essencial (6) assim como a mensagem que se transmite (7), mas normalmente estas experiências são perdas abruptas e não planeadas. As atitudes das pessoas devem ser consideradas de forma a que a percepção da criança, acima referida, seja realista. Relativamente ao temperamento (9) e às características individuais, há crianças que se isolam mais, outras que fogem e outras que se

tornam mais activas perante o stress. Quanto ao ambiente (8 e 10), embora para os outros seja repleto de falhas, para a criança, o mais conhecido é o preferível ao desconhecido.

Também Bowlby (1980 in Canavarro, 2004) descreve a reacção de crianças com vinculação segura que passam pela separação dos cuidadores a quem estão ligados, em três estádios: (1) Protesto - inicialmente protestam vigorosamente e fazem tentativas de “recuperar” o cuidador, como ir procurá-lo; (2) Desespero e Desorganização - desesperam com a ideia da figura de vinculação não voltar mas continuam atentos, aparentam estar preocupados e deprimidos, reagem logo a estímulos que possam indicar a presença desta figura e (3) Desvinculação - ficam emocionalmente activos e aparentam perder o interesse na figura de vinculação em geral. No entanto, tendo verificado que os indivíduos após a perda negam-na, introduziu uma fase inicial que designou por Fase de Choque e Negação. Alterou ainda a designação da fase final de Desvinculação para Reorganização por verificar que a reunião com uma figura de vinculação pode, depois de um período de reassseguramento, provocar elevada activação no sistema de vinculação. Ainda em relação à separação e ao luto, Elisabeth Kubler-Ross (1975 in Fahlberg, 2004) indica os estádios de luto: choque; negação; raiva; negociação; tristeza/desespero; aceitação. Durante o processo de negação o indivíduo tem tendência a ter problemas de sono e apetite assim como problemas de concentração. As energias estão concentradas em lidar com a situação (Fahlberg, 2004).

No entanto, as crianças têm diferentes formas de reagir. Manso e colaboradores (2011) numa análise sobre a adaptação social, pessoal e educacional de 74 crianças institucionalizadas, entre os 6 e os 18 anos demonstrou que quando as competências sociais são trabalhadas, há uma melhor adaptação a um novo contexto. Por esta razão, o desenvolvimento de competências sociais promove adequadas relações interpessoais, respeito ou adaptação às regras, promovendo assim a capacidade de definir correctamente os seus problemas e elaboração de diversas alternativas para uma situação de conflito. Quintães (2009) faz também notar que nem todas as vivências emocionais são negativas e as positivas têm em comum o facto de fazerem referência às vivências relacionais, ou seja, alguém que tenha facilitado o acolhimento, como a recepção de um funcionário. A vivência do espaço também é percebida positiva ou negativamente. Segundo Quintães (2009) os recursos humanos – a sua presença, os seus esclarecimentos, o seu afecto, a sua compreensão – parecem ser um aspecto basilar na recepção da criança/jovem na instituição. A rigidez dos horários de entrada na instituição é também um dos aspectos marcantes na vivência institucional dado que não se adaptam às necessidades de cada um dos jovens.

Assiste-se, actualmente, ao surgimento de estudos maioritariamente qualitativos que têm procurado identificar as necessidades de jovens colocados em instituições inquirindo-os directamente sobre as suas expectativas. Uma análise residencial a partir de entrevistas a adolescentes institucionalizados há cerca de dois a três anos numa unidade residencial

revelou a importância que para eles possuíam as relações que estabeleciam com os adultos que trabalhavam na instituição, a necessidade que sentiam de estabelecer tanto com os adultos como com os outros jovens um contacto natural e também a necessidade de desenvolverem um sentimento de pertença àquele espaço (Johansson & Andersson, 2006).

Alves (2007) refere também que o impacto emocional negativo de admissão pode ser minimizado através dos seguintes aspectos: a) o ambiente físico da instituição – o espaço ser agradável e acolhedor; b) o aspecto relacional – a criança/ jovem permanecer com a fratria e/ou alguém adulto o receber neste momento; e c) a recepção da criança na instituição ser devidamente planificada e concertada, na qual se podem mobilizar os progenitores, os pares os técnicos, os funcionários e a direcção da instituição.

Lima (2009) num estudo sobre histórias de vida de adolescentes acolhidos em Lares de Infância e Juventude, conclui que os significados dos acontecimentos relacionados com as memórias relativas à instituição não são uniformes, dependendo da experiência de vida anterior ao acolhimento num Lar de Infância e Juventude e das experiências vividas nos vários lares. A colocação de uma criança numa instituição representa um marco definitivo na sua vida que assinala mudanças drásticas das quais a maior é passar a viver sem a sua família. Neste estudo, Lima (2009) percebe também que, no contexto institucional, os adolescentes parecem ter desenvolvido mecanismos que lhes permitem sobreviver a mais circunstâncias adversas e a adaptarem-se a uma vivência institucional cada vez mais prolongada e distante da família.

Lima (2009) ao analisar a experiência da institucionalização encontra referências de períodos de tempo e descrição de sentimentos que permitem identificar diferentes fases no processo de adaptação à vida nas instituições. Pode diferenciar-se, de alguma forma uma “fase de (não) aceitação”; “fase de revolta” e “fase de resignação”. A primeira fase traduz os sentimentos relativos à separação da família e acolhimento na instituição, referindo-se à aceitação ou não aceitação deste processo; normalmente a aceitação é uma fase temporária que dá rapidamente lugar a sentimentos opostos. A revolta mencionada na segunda fase refere-se aos sentimentos de solidão, tristeza e abandono que advém da não-aceitação do acolhimento e afastamento da família; esta fase deve-se também à falta de figuras de referência nas instituições, já mencionada, que não servem de vínculo durante o processo de luto na separação. A “fase da resignação” refere-se a uma fase de adaptação um pouco mais calma em que os adolescentes começam a encarar a vida institucional de outra forma, pois vão ficando conscientes de que podem beneficiar com a institucionalização relativamente à vida que teriam tido no seio familiar.

A nível de vivência institucional em acolhimento prolongado os estudos focam-se essencialmente nos aspectos mais marcantes e nas necessidades dos utentes, não procurando perceber como se processa a adaptação destas crianças e jovens a este acolhimento. Apesar de no seu estudo Lima (2009) fazer referência aos períodos de tempo e descrição de



sentimentos que lhe permitiu identificar um processo faseado de adaptação à experiência de institucionalização, este não era o seu objectivo principal. Estas conclusões foram alcançadas no âmbito de um estudo mais vasto sobre as estórias e os projectos de vida dos adolescentes onde a análise das memórias destes adolescentes permitiu também analisar a experiência da institucionalização e, assim, chegar a tais conclusões. Com o presente estudo pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a adaptação das crianças e jovens ao acolhimento prolongado em Instituição, fazendo desta experiência o principal objecto de análise desta tese.

## II - Objectivos

Investigações recentes, muitas de natureza qualitativa, têm procurado identificar as necessidades das crianças e jovens institucionalizados e aceder às experiências de vida destes jovens com um percurso marcado por vivências merecedoras de uma análise mais pormenorizada.

O acolhimento de crianças e jovens em risco em Lares de Infância e Juventude continua a ter grande expressão em Portugal e a ser alvo de atenção, conduzindo a investigações que procuram perceber quais as necessidades e características das crianças e jovens e das suas famílias, promovendo a dotação de equipas técnicas de forma a melhorar as suas vidas. No entanto, pouco se conhece acerca da forma como estes se adaptam ao longo do período de tempo em que vivem nos Lares de Infância e Juventude.

É assim, objectivo deste estudo responder à seguinte questão de investigação: *como se processa a adaptação das crianças e jovens em risco ao acolhimento prolongado em Lares de Infância e Juventude?* Pretende-se verificar que vivências estas crianças e jovens experienciam ao longo do acolhimento e se são experienciadas da mesma forma, ao longo do tempo. Assim, procuram-se conhecer as reacções quer emocionais, quer comportamentais aos acontecimentos vivenciados no percurso institucional - o momento de entrada, o contacto com familiares, as relações com pares e adultos, as rotinas do lar - de forma a perceber se algum dos acontecimentos se associa a mudanças no processo de adaptação ao acolhimento institucional.

Perceber como os jovens desenvolvem uma percepção de si ao longo da vivência no lar mostra-se também relevante já que a evolução da percepção dos jovens de quando eram crianças para a percepção de si nos dias de hoje retrata o desenvolvimento marcado pela institucionalização.

## III - Metodologia

A metodologia de investigação utilizada no âmbito desta investigação foi a Grounded Theory. Esta metodologia de análise qualitativa tem vindo a merecer especial atenção por parte da comunidade científica, na medida em que permite o desenvolvimento de novas teorias a partir dos dados

(Charmaz, 2004).

A metodologia de análise Grounded Theory é representada por um conjunto logicamente consistente de procedimentos de recolha e análise de dados que têm por objectivo essencial desenvolver teoria. O processo de elaboração de uma teoria, sempre fixado nos dados, caracteriza-se por ser interactivo e circular, em que idealmente a recolha e a interpretação dos dados se alternam num contínuo processual, em vez de ocorrerem em momentos distintos e separados. No decorrer da recolha há logo um trabalho de análise e descodificação de significados que, por sua vez, orienta o próprio processo de recolha (Charmaz, 2004).

De acordo com a Grounded Analysis, a construção de uma nova teoria é conseguida através de um método da comparação constante, em que a informação que vai emergindo da análise vai sendo organizada em categorias que se vão validando por um questionamento em comparação constantes com os próprios dados (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988 in Lima, 2009). Segundo Fernandes e Maia (2001) este procedimento é enriquecido e estimulado pela sensibilidade teórica do investigador que suportada pela própria criatividade, permite que outras questões sejam formuladas à medida que a análise se vai desenvolvendo, o que exige sempre o retorno aos dados. Quando as categorias saturam, isto é, quando os dados já só introduzem redundância, devem ser procuradas relações entre elas que irão ditar a sua própria hierarquização, segundo o princípio da parcimónia, possibilitando que se atinja uma categoria central ancorada nas categorias de nível inferior.

Para analisar os dados é necessário definir unidades de análise com significado, que podem variar entre a linha, a frase ou até mesmo o parágrafo e vão orientar o investigador na busca de significados. Após feita a escolha da unidade de análise é importante que esta seja consistente ao longo da investigação (Fernandes & Maia, 2001).

## **1. Caracterização da Amostra**

Sexo

Dos 9 adolescentes entrevistados, 6 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino.

Idade

Em termos etários os adolescentes situam-se entre os 15 e os 21 anos de idade, sendo a idade média de 17,7 anos e o desvio padrão de 1,15.

Nacionalidade

A amostra é constituída por 7 adolescentes de nacionalidade portuguesa, 1 de nacionalidade guineense e 1 de nacionalidade angolana.

Três adolescentes são de etnia negra sendo os seis restantes caucasianos.

### Escolaridade

Frequentavam o ensino regular 7 adolescentes distribuindo-se 4 pelo 12º ano de escolaridade e os 3 restantes pelo 7.º, 9.º e 10.º ano de escolaridade. Uma das adolescentes frequentava uma curso profissional estando a estagiar nesse mesmo ano e uma outra já havia concluído o 9.º ano de escolaridade e exercia funções profissionais no exterior da instituição.

### Contacto Familiar

O contacto que os jovens estabelecem com os seus familiares é diverso: contacto telefónico, idas a casa e visitas. Dos 9 adolescentes 4 contactam frequentemente com a família por telefone, 2 raramente o fazem e os restantes 3 às vezes. Relativamente às visitas apenas 4 deles as recebem com alguma frequência enquanto os restantes não as recebem ou recebem muito raramente. A nível de idas a casa 4 dos adolescentes vão frequentemente, 2 vão durante as férias e os restantes 3 não vão de todo.

## 2. Instrumentos

O instrumento utilizado no presente estudo foi a entrevista que é a principal estratégia utilizada para aceder a narrativas (Murray, 2003). De forma ao investigador orientar as perguntas para o seu objectivo de estudo e os entrevistados terem liberdade para narrar vivências abertamente foi utilizada uma entrevista semi-estruturada. As entrevistas variam consoante o seu nível de estruturação e a entrevista semi-estruturada pressupõe a existência de um guião previamente preparado que serve de orientação para o desenvolvimento da entrevista. Este tipo de entrevista, ao manter um nível de organização e a estruturação da mesma (Daly, 2007), permite ainda aos entrevistados terem algum controlo sobre o que pretendem falar, explorando de uma forma reflexiva os temas que considerem mais adequados e os aspectos que identificam como mais importantes (Bogdan & Biklen, 2003). Como principais vantagens da utilização de uma entrevista semi-estruturada podemos destacar o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos, a flexibilidade e o facto desta não ser directiva e permitir recolher as narrativas dos adolescentes (Daly, 2007).

A construção do guião de entrevista (anexo 1), teve como base a questão de investigação, ou seja, a tentativa de conhecer o processo de adaptação das crianças e jovens em risco aos lares de infância e juventude. Partindo dessa base as questões foram surgindo de acordo com as vivências e acontecimentos que pudessem marcar ou provocar reacções emocionais ou comportamentais nestas crianças ou jovens seguindo uma linha temporal. Foram questionadas as vivências pré-institucionais, o momento de entrada na instituição, o contacto familiar, o dia-a-dia, as memórias, os sentimentos em relação a viver num lar, em perguntas abertas, de forma não directiva,

para que pudessem narrar o máximo de vivências e de sentimentos próprios.

Uma vez elaborado o guião, o mesmo foi testado com uma adolescente de 17 anos de um Centro de Acolhimento Temporário com o objectivo de perceber se a construção da entrevista e linguagem utilizada na mesma era perceptível para os sujeitos da amostra. A entrevista foi realizada com sucesso não tendo sido necessário fazer alterações ao guião.

### **3. Procedimentos**

Foi da responsabilidade da investigadora contactar com Lares de Infância e Juventude no sentido de solicitar a colaboração dos jovens para o presente estudo. O contacto foi maioritariamente presencial, tendo existido apenas um contacto telefónico com uma instituição. Neste contacto foi entregue um pedido escrito formal de colaboração (cf. anexo 2), dirigido à Direcção das Instituições. Das seis instituições contactadas apenas quatro autorizaram a colaboração e somente em três foram realizadas as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas individualmente e gravadas, de acordo com a autorização dos jovens e dos seus responsáveis, de forma a não ser perdida nenhuma informação. Antes de começar a gravação e a entrevista em si, foi explicado o estudo de uma forma simplificada a cada adolescente, embora os directores ou responsáveis da instituição já o tivessem feito. Procurou-se criar ao longo de todo o processo uma relação de empatia e respeito de forma a que os adolescentes sentissem a confiança necessária para partilharem com a investigadora as suas vivências e sentimentos relativamente ao acolhimento prolongado num Lar de Infância e Juventude, sem receios.

Num momento posterior, não muito depois de terem sido efectuadas as entrevistas, as mesmas foram ouvidas e transcritas palavra por palavra, de forma a que não perdessem significado.

## **IV - Resultados**

Serão, de seguida, apresentados os resultados da Grounded Analysis efectuada sobre as narrativas que se obtiveram através das entrevistas realizadas junto dos 9 adolescentes a viver em acolhimento prolongado em Lares de Infância e Juventude. Para a análise das narrativas foi definida como unidade de análise a frase.

A análise das narrativas prestadas pelos adolescentes permitiu perceber como decorre o processo de adaptação das crianças e jovens em risco ao acolhimento prolongado em lares de infância e juventude. Ao longo do trabalho de análise e descodificação de dados para alcançar os resultados, foi construído um esquema que demonstra de uma forma mais simples as fases e categorias desde processo de adaptação e que serão descritas de forma extenta ao longo deste ponto (cf. Anexo 3).

A percepção que estes adolescentes têm de si ao longo do tempo de institucionalização, mais especificamente antes de entrarem na instituição e no momento da entrevista, também se destacou nas narrativas dos

adolescentes, tendo sido alvo de interpretação e análise como será apresentado de seguida. O esquema apresentado no Anexo 4, representa estes mesmos resultados.

Para a citar os adolescentes serão utilizados nomes fictícios para manter a sua confidencialidade.

#### 1. A Adaptação ao Acolhimento Prolongado: um processo faseado

Na análise do conjunto de narrativas dos jovens entrevistados foram identificados vários acontecimentos associados a mudanças como sentimentos, comportamentos, desenvolvimento pessoal, percepção das condições da instituição, percepção das relações estabelecidas na instituição ou exteriores à instituição, bem como indicadores temporais (como depois, antes, agora, no início, naquela altura) que sugeriam a existência de fases vivenciais relevantes à adaptação ao acolhimento prolongado. A título de exemplo: *“na altura havia um sistema...”*, *“as saídas das minhas colegas marcaram-me”*, *“já ultrapassei uma fase má...”*, *“a altura mais triste foi quando...”*, *“quando estava no acolhimento inferior...”*, *“Mas depois adaptei-me...”*.

No conjunto das narrativas sobre as vivências institucionais foi possível identificar quatro fases: (1) (Des)amparo; (2) Revolta; (3) Resignação e (4) Pré- autonomia. Para cada uma destas fases é indicado o número de adolescentes cujos discursos conduziram à sua identificação (e.g., 5/9 significa que dos 9 adolescentes entrevistados, 5 foram relevantes na identificação da fase).

A primeira fase remete-nos para o tempo inicial de chegada, separação da família, sentimento de perda e adaptação a um novo contexto. A fase da revolta é marcada por sentimentos de desorientação, onde o novo contexto já é conhecido mas permanece o facto da família estar longe, de viverem num lar onde outras crianças e jovens vivem de forma igual e onde a rigidez da rotina se faz notar. Numa terceira fase os jovens parecem pesar os prós e os contras e perceber que viver numa instituição foi necessário no seu percurso de vida, compreendendo o que podem retirar de positivo nesta vivência e começando a olhar mais para o que a instituição lhe pode oferecer no momento. Desta forma, retiram vantagens daquilo que a instituição lhes pode ser útil para o futuro (educação, por exemplo) e centram-se menos nas vivências do passado. Por fim, na fase da pré-autonomia, os jovens consideram-se mais livres relativamente à fase anterior e ao mesmo tempo mais responsáveis, sentindo que a saída da instituição os lança para um futuro incerto, que terão de enfrentar sozinhos, e onde tudo será estranho e novo.

##### 1) Fase de (Des)amparo (9/9)

Os adolescentes que vivem num Lar de Infância e Juventude, no

momento da entrada na instituição, ainda crianças, vão para um espaço completamente diferente e novo onde terão de reger o seu dia-a-dia por regras totalmente novas; em que os objectos que lhe serão íntimos lhe são completamente estranho e as pessoas são completamente desconhecidas.

Desta forma, esta fase é marcada por uma reacção à novidade – pessoas, espaço físico, rotinas - que se subdivide num sentimento de estranheza e de intolerância à rigidez das rotinas. Como refere a Sofia: *“No início tudo custa, é um novo sítio, uma nova casa, uma nova família, uma nova cidade, é basicamente sair da nossa zona de conforto e mudar para algo novo onde não conhecemos ninguém”*.

Para algumas crianças o contexto é totalmente diferente pois vêm de outros países o que obriga a uma adaptação cultural tendo de se habituar a novas línguas, hábitos, comida com que nunca se tinham confrontado. Andreia refere esta diferença cultural de um modo alegre e positivo: *“Ao vir para cá só ganhei com isso porque ... a língua, as pessoas, foi tudo novo para mim e então tudo o que é novo e tem ar feliz e assim nós gostamos”*.

No entanto, para outras crianças, a percepção do espaço da instituição foi associado negativamente como um espaço fechado sentindo-se elas próprias fechadas: *“A primeira sensação que eu senti quando vim cá foi de prisão porque isto é muito fechado e foi isso que eu senti, que não queria estar aqui porque isto é muito fechado”* e *“Estava fechado, sentia-me pior porque em casa nunca estava fechado”*.

Por norma, nas instituições, as rotinas individuais organizam-se em função da rotina institucional, tendo de existir algum rigor na sua imposição. Para além disso as regras não são adaptadas individualmente de acordo com as características e/ou necessidades da criança ou jovem e são transversais a todos os utentes ou de acordo com o grupo em que estão inseridos (normalmente organizado por faixas etárias). Este rigor é sentido por todas as crianças nesta fase, nem todas pelo rigor em si mas também pela diferença como são estabelecidas numa instituição e no meio familiar. Nas famílias as regras são individualizadas e diferenciadas e não transversais a todos os indivíduos para além de que, muitas das crianças quando chegaram à instituição estavam habituadas a uma “liberdade absoluta” marcada por abandono e negligência, sendo as regras institucionais um controlo excessivo da sua liberdade e uma mudança abrupta. O Diogo refere que *“não estava habituado a ter o quarto arrumado, limpar as minhas coisas, isso foi o que custou mais!”*. No entanto, há adolescentes que sentem que existe pouca flexibilidade na gestão das regras: *“O que foi mais marcante foi a rotina, é difícil de habituar. Tens horário para tudo, tens horário para acordar, tens horário para dormir, não podes ficar mais um bocadinho porque tens horário para respeitar”*. A referência às rotinas religiosas foi também referida por uma adolescente: *“O mais marcante para mim foi rezar antes das refeições, no final das refeições, à tarde, não estava habituada”*.

Para além da novidade e diferença de contexto, no momento de entrada e na fase inicial de acolhimento institucional, a criança sente intensamente (e os jovens descrevem-no pormenorizadamente) a separação das figuras de vinculação. As vivências emocionais relacionadas com esta

experiência e descritas pelos jovens são o desamparo, a solidão, a raiva, a revolta, a tristeza e a desorientação. Todos os jovens referem algum tipo de sentimento relacionado com o desamparo, como querer a família por perto como refere o David: “...queria a minha avó e a minha irmã (...) Não gostei nada, queria ir para casa” e a Sofia que refere que “... o quem foi mais marcante, só se for aquela parte em que todas nós temos de já não ter a nossa mãe por perto”. No caso da Sofia, esta sentiu-se desorientada após se aperceber que a mãe já não estava com ela, já que no seu caso, a mãe esteve presente no momento da entrada no lar. Outros narram este momento mais intensamente como a Catarina que relata: “Foi horrível, eu gritava pelos meus pais (...) No início custava-me deixar a minha família.” revelando uma raiva e revolta interior, ou a Joana: “Chegou uma altura que só chorava porque não estavam cá os meus pais”, em que a tristeza se prolonga. A solidão e a tristeza também é muito relatada ao longo das narrativas nesta fase inicial (“Sentia-me muito sozinho”, “Fiquei a chorar muito, muito queixosa”, “Sentia-me triste”).

Três dos adolescentes referem terem-se sentido ambivalentes no momento de entrada na instituição. Saber que ir para o lar lhe fornecia possibilidades que na família não teria, como estudar, fazia com que a Sofia percebesse aquele momento como algo bom. No entanto, nada lhe retirou a dor de não ter a mãe por perto “Por um lado tinha educação e tudo o mais, tinha aquilo que precisava mas por outro lado não tinha a minha mãe, sentia a falta dela”. O Diogo, por sua vez, percebeu que a instituição era a oportunidade que tinha de dar sentido à sua vida já que a sua família não era capaz de lhe proporcionar as condições básicas necessárias. Para além disso valorizava a relação entre pares que a instituição lhe podia proporcionar, mas, no entanto, não deixou de sentir a perda da figura de vinculação mais próxima: “Vou para um sítio onde vou conhecer pessoas, vou ter tempo para estar, para brincar, para tudo, vou ter a vida mais organizada, por um lado queria mas por outro pronto, não queria deixar a minha mãe”. A Filipa percebe que a instituição lhe pode proporcionar mais condições do que a família mas nunca a sente como sendo a sua casa: “Por um lado é bom porque com a minha tia já não tinha condições para me ter mas pronto isto não deixa de ser um colégio e não deixa de ser impessoal, nunca é verdadeiramente a nossa casa”.

Para além de todos estes sentimentos de reacção à novidade, desamparo e ambivalência na instituição, os adolescentes referem ter sentido um forte sentimento de ligação aos outros, nesta fase inicial. É relevante no discurso o apoio dos pares e dos cuidadores no momento de chegada como que para apaziguar a dor da perda. Esta dor é sentida no momento da chegada e apaziguada posteriormente através das relações ou pode ser sentida algum tempo depois, já que o amparo no momento da chegada a pode abafar. A título de exemplo:

- “As meninas eram muito queridas e sentia-me bem porque tinha companhia e podia brincar com imensas pessoas e não sozinha”;
- “Gostei bastante de como fui recebido, foram dois meus colegas, são os meus melhores amigos, ficamos toda a noite a falar até muito

*tarde.”;*

- *“Ambientei-me bem porque tive sorte com a madrinha que tive na altura e eu também tenho facilidade em socializar por isso adaptei-me bem”;*

- *“Lembro-me de ir para o pátio brincar com algumas meninas, no colégio há um ambiente de família e as meninas eram simpáticas, por isso foi bom”;*

- *“Mas de facto fui bem recebida, as pessoas trataram-me como se fosse filha delas.” e*

- *“Fiquei contente porque tinha pessoas para brincar nem me apercebi que a minha mãe se tinha ido embora, foi fácil adaptar-me por causa da ajuda das meninas”.*

A Sofia relata ainda o apoio parental: *“A minha mãe também esteve muito presente e assim não me fez muita diferença”*. São estes factores protectores – suporte parental e relações na instituição – que vêm amparar o sofrimento relatado pelos adolescentes, criando os parênteses em (des)amparo. São relatadas relações entre pares, de apoio, amizade, brincadeira, partilha, convívio e pertença a grupos, assim como o suporte que os adultos proporcionam, contrapondo a solidão e o sentimento de desorientação causado pela falta de suporte ou mesmo amparo dos familiares.

## 2) Fase de Revolta (8/9)

Após uma fase de perda e novidade onde predomina a desorientação e os sentimentos de tristeza, solidão e raiva relativos a um sentimento maior de desamparo devido à separação da família, à novidade da chegada a um novo lar e a uma nova vida, os jovens relatam sentimentos diferentes marcados por uma revolta a nível geral. São relatadas mudanças a nível interior e acontecimentos vivenciados tanto na instituição como no exterior que lhes provocam diferentes sentimentos e reacções (ex: *“Comecei a ficar cansada de ir para a escola ... e depois começaram os ataques de pânico ... a partir daí eu comecei a sentir medo”*). Esta fase, na maior parte dos casos, dá-se quando os adolescentes começam a ambientar-se melhor à instituição e a conhecer melhor as regras e as pessoas, a conhecer o ambiente da escola e adaptar-se melhor ou pior a este. Também nesta fase as ligações são referidas como fonte de suporte, no entanto, as rupturas também são mencionadas como acontecimentos potenciadores de sentimentos negativos.

Quanto a sentimentos relativamente a acontecimentos externos à instituição, a Sofia refere que as colegas da escola não a tratavam da mesma forma que as outras colegas e apesar de se sentir bem na instituição o medo de ir à escola apoderou-se dela: *“Eu estava cansada da escola porque sentia que aquele não era o meu lugar, que aquelas pessoas não eram minhas amigas, que ir todos os dias para a escola e estar sempre a ouvir coisas sobre nós custa e cansa ... estava farta do egoísmo e da falsidade de muita gente dali, daquela rotina diária, eu senti medo, medo de não ser capaz de enfrentar aquilo, medo de desiludir as pessoas que gostavam de mim, medo*



*de tudo e de nada*”. A Catarina também descreve sentir-se discriminada, tratada como “uma miúda qualquer” mas reage de uma forma diferente de Sofia: *“Fugi logo passado um mês de estar aqui, foi quando um comecei a sentir-me um pouco mais revoltada porque tive de sair da instituição para ir para a escola lá fora e as coisas lá fora eram completamente diferentes. Haviam pessoas boas, haviam pessoas más como em todo o lado e o facto das pessoas lá fora nos tratarem sendo umas miúdas quaisquer sentia-me mais revoltada e quis desaparecer daqui”*.

Outro factor que provoca turbulência interna a nível sentimental é a ausência da família que não é colmatado com as visitas ou contacto. Para a Catarina, a visita da sua família, após a ausência de um ano, despertou a vontade de regresso e uma fuga da instituição: *“A segunda vez que fugi foi mesmo por iniciativa própria porque estava mesmo farta de aqui estar. Queria ver a minha família, estive um ano sem poder vê-la e não recebia qualquer tipo de contacto com eles, vieram cá a casa, sei lá, achei que que tinha de ir ter com eles e quando eles se foram embora deixei que eles fossem, depois mandei mensagem aos meus irmãos para esperarem porque eu queria ir com eles. Queria ir embora porque não aguentei”*.

A Joana afirma que durante um período de tempo andou muito em baixo, sem saber especificar as causas: *“Há um ano tive uma depressão, não sei explicar porque era, estava mal, chorava muito”*. Estes sintomas, despoletados nesta fase podem estar associados à ausência familiar e intolerância à rigidez das regras institucionais já que diz relacionar-se bem com as colegas e cuidadores da instituição mas menciona a falta dos pais e de liberdade ao longo da entrevista.

Relativamente às relações criadas na instituição, estas são consolidadas e constituem um factor protector em que as memórias relatadas de momentos partilhados com os pares ou de quando puderam contar com o suporte dos cuidadores, são alegres e positivas em contraste com os momentos de dor, saudade e revolta. São várias as narrativas de apoio tanto por parte dos colegas como por parte dos cuidadores e até pessoas exteriores à instituição:

- *“Adaptei-me melhor. Comecei a contactar mais com as pessoas”*
- *“Houve uma altura em que eu queria ser médico e o senhor que manda nisto tudo chamou-me para saber se eu tirava boas notas para conseguir aquilo que eu queria e eu gostei, sentia-me bem que ele se importasse comigo”*
- *“Tive sempre amigos e pessoas que realmente se preocuparam comigo”*
- *“O mais fácil é a parte de nos ajudarmos umas às outras, vivermos como uma família, trabalharmos no mesmo sentido”*
- *“Aos fins-de-semana já saio, vou para casa do meu namorado, começou há dois anos, num momentos em que estava mais frágil. É aquela pessoa que está ali e que não me deixa desistir quando há um baixo”*
- *“Depois foi começando a melhorar com a convivência com as meninas, comecei-me a habituar a estar aqui”*
- *“Ter o apoio das irmãs sempre que tenha alguma coisa para contar”*

...”

No entanto, quando por alguma razão, se têm de separar das pessoas a quem se afeiçoaram, é mais um momento de angústia em que o sentimento de desamparo inicial vem ao de cima, como refere a Catarina: *“Quando mandaram a minha irmã para casa passados dois anos voltou a custar-me como se fosse a primeira vez que tivesse vindo para aqui porque era o meu único apoio. Senti-me revoltada, chateada, acusava toda a gente.”*. A Joana sentiu falta do suporte da sua cuidadora que teve de se ir embora sem aviso prévio e da posterior reestruturação organizacional a que teve de ser submetida por existir falta de um cuidador, que relata como o acontecimento mais marcante ao longo do percurso institucional: *“Lembro-me da Irmã que tomava conta de nós e num dia a mãe adoeceu e ela teve de ir embora assim de repente... disseram-me “a Irmã já não volta”, não sei nós gostávamos muito dela, tivemos de ir para outros grupos, juntarmo-nos a outras meninas, acho que foi o que mais me marcou”*. O facto de se viver num lar de infância e juventude à partida limita o tempo de relação entre os pares, na medida em que estes saem entre os 18 e 21 anos. Mesmo que a relação e contacto se mantenham, as partilhas que a proximidade de viver na mesma casa permite não são as mesmas como é relatado por um dos adolescentes: *“As saídas das minhas colegas também me marcam porque acabas por criar laços com as pessoas... foi um certo choque”*. Relativamente aos momentos de partilha, de companheirismo e brincadeira também é referido o outro lado, isto é, quando se chateiam e se agriem. A Andreia refere que os piores momentos são esses porque se acaba por se sentir sem apoio: *“Os momentos maus eram aqueles em que me chateava com as outras pessoas e é horrível porque chega a um ponto em que quase ninguém quer falar connosco”*.

O funcionamento das instituições rege-se por regras mínimas de convivência, no entanto a maior parte dos adolescentes não as sente como justas. O Diogo refere que: *“Com o passar do tempo comecei a não gostar daquelas regras, não estou habituado a ter regras. Comecei a sentir-me um bocado revoltado apesar de gostar de estar aqui... Não estava habituado a ter o quarto arrumado, limpar as minhas coisas”*. Um dos aspectos mais referido é a falta de liberdade que sentem com o chegar da adolescência e o querer sair à noite, estar com os namorados/as, amigos/as e comparam com a liberdade que os colegas que estão em casa têm, por exemplo: *“O que torna mais difícil viver aqui são todas as exigências... o pessoal sair à noite e aqui não posso sair à noite, coisas que quero fazer e não deixam ou se queres ir dormir a casa de uma amiga aqui tens de ir perguntar sei lá, ao Papa”* ou *“Só não gosto de não ter liberdade. Queria sair para estar com os meus amigos, com a minha namorada.”*. Há instituições que se gerem por “valências”, ou seja, grupos normalmente limitados por idades, onde são trabalhadas competências referentes a essas faixas etárias e momento de institucionalização, existindo direitos e deveres diferentes de valência para valência. O Diogo refere que *“No acolhimento superior comecei a sentir-me mais revoltado porque não tínhamos liberdade nem nada, não se podia fazer*

*nada*” – o “acolhimento superior” é uma valência entre os 6 e os 12 e na valência seguinte embora a responsabilidade aumente a liberdade também aumenta, por isso o Diogo refere uma ânsia por esta liberdade e por chegar à valência seguinte. Outra dificuldade com que se deparam é a responsabilidade de cuidar dos mais novos, quando atingem uma certa idade. Parece que as instituições impõe esta responsabilidade aos mais velhos que relatam: *“O que gostei menos...ter paciência com os mais novos que é um bocado difícil. Por exemplo eu sou o mais velho do quarto então sou o líder do quarto, então tenho de fazer os mais novos se adaptar ao sistema e é um bocado difícil se não pagamos todos”* e a Andreia sente que precisa que alguém tome conta dela também: *“Houve um momento em que me senti muito frustrada porque era a mais velha do grupo e a Irmã que tomava conta de nós estava fora e eu tive de ficar a tomar conta das mais novas e ninguém estava a tomar conta de mim”*.

Para além das regras que fazem parte do funcionamento institucional, existem também mudanças no funcionamento que as crianças e os jovens não estão à espera e os marcam porque marcam as suas rotinas, o seu modo de viver. Numa das instituições, foi referido por mais de uma das adolescentes a “mudança de irmãs para doutoras” que ambas referem como um momento de mudança na medida em que as pessoas que estavam mais presentes na vida delas deixam de estar e passam a estar outras. O funcionamento da instituição muda e na sua perspectiva a liberdade que têm agora não compensa o suporte e a presença constante que recebiam das Irmãs e que em muito contrasta com a presença das Doutoradas que estão presentes no seu horário laboral na maioria das vezes coincidente com o horário escolar destas: *“Tivemos a mudança de irmãs para doutoras e mudaram as regras também de saídas, de estar cá dentro, tem um lado bom mas é mais impessoal porque as Irmãs passavam muito tempo connosco”* e a outra refere *“Quando chegaram as Doutoradas ficamos com mais liberdade mas não devia ser assim porque há má educação e toda a gente faz o que quer e lhe apetece. Isto podia ser muito exigente mas as Irmãs compreendiam-nos mais e estavam mais presentes, quando nós chegamos as doutoras já não estão.”*

### 3) Fase da Resignação (5/9)

Com o passar do tempo e a entrada na adolescência, os jovens percebem que se até ali não regressaram a casa, o mais provável será a família não reunir condições para que possam sair da instituição, acabando por mencionar várias razões pelas quais estão melhor na instituição do que em casa. Este processo de racionalização, em que os adolescentes percebem os aspectos positivos da vivência institucional, tranquiliza os sentimentos de desamparo e revolta e fortalece o sentimento de perseverança que os mantém com força para continuar esta jornada de vivência institucional.

A Sofia refere que *“Quando eu percebi que não havia outra solução,*

*que eu tinha que ali estar, então pronto, conformei e aceitei isso, e segui em frente. Uma pessoa acaba por se habituar e acaba por crescer e aprender muita coisa.*” dando a ideia de que a esperança de regressar a casa se esbate e na ausência de outra solução que não seja ficar no Lar é preciso resignar-se e perceber o que o Lar lhe pode oferecer de bom para seguir o seu caminho. A Teresa, pouco tempo após a chegada percebeu que tinha de se resignar a viver na instituição: *“Mas depois adaptei-me bem porque lá está, já sabia e uma pessoa tem de pensar; eu ali era um percurso mínimo e aqui é um percurso máximo e eu sei que daqui vou sair uma mulher. Aqui percebi que tinha quem me ajudasse... depois de 3 semanas a pensar como é que as coisas são uma pessoa pensa assim, bem, pára aí Teresa se te trouxeram para aqui só pode ter sido para o teu bem”* e que o lar lhe daria condições que em casa não teria, apesar de estar longe da família, podendo tirar proveito disso. A Andreia olhou para a institucionalização de outra perspectiva um pouco antes da maioridade: *“Agora, quando eu fiz os 17 anos comecei a ver as coisas de uma forma completamente diferente. Consigo agora perceber melhor as Irmãs, porque agora já sou mais racional... sei que já só tenho a ganhar a morar aqui.”* e relata perceber melhor a atitude dos cuidadores que numa fase anterior considerava mais inflexível. Por sua vez, o Diogo relata um sentimento de bem-estar por perceber melhor as regras, que eram motivo de revolta na fase anterior, e o valor que a instituição tem na sua vida: *“Agora sinto-me muito bem, fui ganhando consciência e percebi a razão de tais regras... tenho maior consciência das coisas e apercebo-me que isto é uma oportunidade única da vida. Tenho tudo aquilo que preciso, é um mundo de oportunidades e estou bem cá.”*. A Joana, assim como o Diogo, percebe as oportunidades que a instituição lhe dá: *“Eu aqui tanto estou bem como mal mas sei que aqui continuo a estudar, por exemplo agora estou a estagiar, até posso ir para a universidade, aqui sinto força para conseguir lutar”*.

Os restantes quatro adolescentes não referem sentimentos de resignação ou pistas de apaziguarem os sentimentos da fase de revolta, continuando a olhar para a instituição de uma forma mais negativa e revelando uma saturação em viver nesta.

#### 4) Fase de Pré - Autonomia (5/9)

Nesta quarta fase, as experiências institucionais são percebidas como uma oportunidade de conquistar um determinado grau de autonomia, de se tornarem mais responsáveis, de esperarem mais deles próprios e de mostrarem ambição. Os adolescentes que demonstram esta ambição e se mostram mais responsáveis são os mesmos que se resignaram. Embora os que não tenham passado pela fase da resignação revelem uma forte vontade de sair da instituição esta deve-se ao cansaço e saturação dos sentimentos negativos que esta provoca neles. Como refere a Filipa: *“Isto não é a nossa casa e exigem demasiado de nós e acaba por nos marcar de um modo certamente negativo”*.

Nesta fase, os adolescentes relatam um sentimento de liberdade maior tão ansiado ao longo de todo o período de institucionalização, este sentimento de liberdade é um sentimento de controlo da própria vida em que acreditam poder intervir no seu futuro. Com a liberdade vem a responsabilidade que, para alguns é um peso difícil de carregar – relatam que sair da instituição e fazerem a vida sozinhos é muito complicado e percebem a responsabilidade que tal momento acarreta: *“Neste grupo temos de ter muita responsabilidade, nós é que fazemos as nossas próprias compras, tomamos as nossas próprias decisões, vamos ao banco e essa pressão toda com que nos metem que as coisas são assim e que as coisas lá fora não são assim tão fáceis como muitas das meninas sonham”*. Mas outros jovens anseiam a saída: *“Por outro lado, ao ver os outros a ir embora até ficamos com inveja mas até me sinto bem porque já sei que a minha independência vai aumentar por isso agora estou bem”*.

O sentimento de liberdade que os adolescentes referem provém do funcionamento de algumas das instituições que, nos últimos anos de institucionalização, promove a responsabilidade e a autonomia através da liberdade:

- *“Agora também temos mais direitos como sairmos com amigos, podermos chegar às 5h da manhã... acho que foi uma coisa boa da instituição.”*

- *“Dantes era mais rigorosa mas agora já tenho mais liberdade”*

- *“Tem um lado bom termos mais liberdade agora e podermos sair com mais regularidade”*

Existe também um sentimento de diferença que se nota nesta fase que promove a necessidade interior de um controlo da própria vida. Os adolescentes percebem que têm cuidar deles próprios pois sentem que mais ninguém o fará (*“Quando vamos e vimos da escola sozinhas e vemos os pais dos nossos amigos à espera deles no portão e nós não temos lá ninguém somos só nós e isso custa um pouco porque nos sentimos sozinhas e percebemos que temos que crescer e tomar conta de nós porque mais ninguém o fará”*).

## 2. Percepção de Si

Ao se procurar conhecer o processo de adaptação de crianças e jovens ao acolhimento, que se perspectiva prolongado, num contexto tão particular como o é um Lar de Infância e Juventude, revelou-se muito pertinente olhar, igualmente, para o modo como estes jovens desenvolvem, ao longo deste tempo de institucionalização, uma percepção de si próprios. Para o efeito foram incluídas no guião de entrevista algumas questões (ex.: “Hoje como é que te caracterizas? E antes de entrares na instituição?) que procuraram conduzir o adolescente a pensar sobre si próprio antes da institucionalização e no momento actual. O confronto que inevitavelmente surgiu entre as duas percepções, fez emergir a leitura que os adolescentes fazem acerca do

impacto que a vivência institucional tem na noção que eles constroem de si próprios. No discurso dos adolescentes encontram-se aquilo que se entendeu designar por marcadores de mudança. Os marcadores de mudança são, deste modo, palavras ou expressões dos próprios adolescentes que traduzem uma alteração, uma comparação entre o antes e o depois, por eles percebida, na sua maneira de ser ou na sua identidade. São disso exemplo, expressões como “agora consigo não ser”, “dantes era mais...”, “sou uma pessoa mais...”.

As mudanças que ocorreram nestes adolescentes e as características que eles se atribuem na actualidade surgem nas narrativas, associadas à vivência institucional. Eles associam explicitamente mudanças na sua maneira de ser ao acolhimento e à vida no LIJ - “Aqui tenho força para conseguir lutar”; “...a instituição sem dúvida que ajuda a crescer muita gente”; “Aqui eu cresci muito mais”- e ao trabalho realizado pelos técnicos (“As regras fizeram-me crescer e as psicólogas ... deram-me mais oportunidades, fizeram-me ter consciência das coisas”).

#### 1) Percepção de si no momento anterior à institucionalização

Sobressai no modo como os adolescentes se descrevem, relativamente ao período anterior à institucionalização, uma desregulação comportamental que se caracteriza através da violência (“*Era violenta, andava à porrada todos os dias depois de jantar*”), da impulsividade (“*Antes quando eu me sentia zangada ou quê tinha tendência a agir e não pensava*”) e do mau comportamento (“*Dantes era mais mal comportado, mais nervoso*”). Os adolescentes que descrevem esta desregulação comportamental associam-na a imaturidade pois logo acrescentam “*...as regras fizeram-me crescer*” ou “*...estou mais madura*”.

No guião da entrevista foram incluídas algumas questões referentes às vivências anteriores à entrada na instituição (Ex.: “Lembras-te como era a tua vida antes de vires para aqui? Que memórias tens desse tempo?”). Não se pretendia analisar os motivos que justificaram o seu acolhimento uma vez que o objectivo se centra na adaptação ao percurso institucional, no entanto foi possível associar estas vivências à percepção que tinham de si nesse momento. Ao responderem a estas questões, os adolescentes tiveram oportunidade de relatar vivências relativas ao contexto familiar: relações, condições sócio-económicas, ausência de suporte familiar ou até mesmo situações de maus-tratos. Aqueles que apontavam para uma desregulação comportamental, quando eram mais novos, relataram situações de violência familiar, ausência de condições habitacionais, abstenção escolar e suporte familiar alargado ineficaz durante as vivências pré-institucionalização.

Surge também um discurso marcado por uma desregulação sentimental, pautado pelo medo (“*...era medrosa...*”), inibição (“*agora consigo não ser tão fechada quanto era*”) e uma maior fragilidade (como refere a Catarina “*agora não sou aquela rapariga que desistia à primeira*”). Estes sentimentos estão também associados a memórias de violência familiar

e suporte familiar ineficaz.

Apesar das características com que os adolescentes se descrevem parecerem maioritariamente negativas, a maioria deles define-se com pelo menos um atributo normal da infância. São exemplo destas características normativas da infância a alegria (“*Era mais alegre porque era miúdo*”); serem activas (“*Era mais activo...*”); a ingenuidade (“*Antes era ingénua, um amor de criança, um doce de criatura*”), serem mimadas (“*eu era a típica miúda mimada, típica miúda que o que interessava eram roupinhas e por aí fora...*” e “*como era pequenina era menina dos papás*”) e egoístas (“*E depois era bastante egoísta e por aí fora. Era egoísta porque sou filha única e depois tinha tudo para mim e não estava habituada a partilhar*”). Quando os adolescentes referem a alegria e a actividade fazem-no percebendo que são atributos que foram perdendo ao longo do crescimento, com alguma pena. No caso da Filipa que refere ser “*...ingénua, um amor de criança, um doce de criatura*” nota-se uma angústia em ter perdido essa doçura e ingenuidade que descreve e em se tornar “*desconfiada e mais realista*”. Os que descrevem o egoísmo e o mimo fazem-no tentando justificar e dizendo como superaram essa característica a que atribuem uma conotação negativa. Por exemplo, a Sofia justifica o seu egoísmo com o facto de ser filha única: “*E depois era bastante egoísta e por aí fora. Era egoísta porque sou filha única e depois tinha tudo para mim e não estava habituada a partilhar*” mas acrescenta que na instituição “*fui habituando-me aos poucos a partilhar com elas*”.

## 2) Percepção de si no momento da entrevista

A imagem que os adolescentes constroem deles próprios parece ser influenciada pela instituição e pelos acontecimentos nela vivenciados. Destas vivências decorrem consequências importantes para a personalidade dos adolescentes que eles avaliam tanto positiva como negativamente. As competências que os adolescentes reconhecem existir em si ainda que provocados pelas vivências institucionais, têm um impacto diferente em cada indivíduo – vão depender da situação do adolescente antes de ser institucionalizado e da percepção que ele tem da sua maneira de ser dessa altura.

A forma como os adolescente se caracterizam hoje, é acentuadamente marcada por uma imagem positiva deles próprios. Apresentam um valor positivo, transmitindo um auto-conceito também positivo. Ainda que bastante variadas, as características que eles se atribuem organizam-se em torno de uma adjectivação favorável que remete para um desenvolvimento pessoal e social. A característica que mais utilizaram foi a de responsabilidade. Apesar das características com que os adolescentes se descrevem parecerem maioritariamente mais atractivas, foi ainda registada a desconfiança.

A responsabilidade, demonstrando maturidade e força, é considerada por 6 dos 9 adolescentes entrevistados como um atributo adquirido ao longo

da institucionalização. Por exemplo, a Catarina diz, *“Sou uma menina mais madura...a instituição sem dúvida que ajuda a crescer muita gente”* em contrapartida com *“aquela rapariga que desistia à primeira”*; o David considera que o seu mau-comportamento foi substituído por mais responsabilidade porque *“As regras fizeram-me crescer e as psicólogas ... deram-me mais oportunidades, fizeram-me ter consciência das coisas”* e a Andreia considera-se mais racional em contrapartida com a *“criança impulsiva”* que era antes: *“Sou mais racional,... estou mais madura”* e afirma que a instituição influenciou a sua maneira de ser porque *“aprendi que posso ver aquilo e por mais que eu queira aquilo mais do que tudo no mundo não é uma questão de dizer quero aquilo e ponto final”*. A persistência é outro atributo muito considerado pelos jovens já que eles procuram ter sempre presente a necessidade de superar as dificuldades, lembrando-se que possuem essa capacidade como relata a Catarina: *“...agora gosto das coisas difíceis e gosto de as levar até ao fim, não gosto de desistir logo”* e a Sofia *“...hoje só quero saber de mim e de estar bem comigo mesma, porque sou capaz e vou conseguir seguir os meus sonhos e ser feliz”*. A auto-confiança é relatada por uma adolescente: *“Sou confiante em mim”*. O seu discurso ao longo da entrevista revela que após ter passado por todas as vivências familiares e institucionais acredita que pode chegar onde quiser e confia nas suas capacidades para conseguir alcançar os seus objectivos de vida: *“Já ultrapassei uma fase má da vida e agora estou bem... eu tenho força para conseguir lutar”*. As experiências institucionais foram também percebidas como uma oportunidade de conquistar um determinado grau de autonomia, mostrando alguma ambição como revela o discurso da Teresa: *“Sou responsável, agora sinto que estou a ser uma mulher para enfrentar a vida para a frente, sozinha, só eu, mais ninguém”*. O impacto da experiência de institucionalização na percepção que um adolescente tem de si próprio pode ser tal que ele se considera globalmente uma melhor pessoa. Alguns dos jovens consideram-se mais pacíficos (*“Estou mais adaptado, mais calmo”*) e mais felizes (*“Sou sorridente, feliz, estou sempre contente”*) e apercebem-se do poder da instituição na regulação do seu comportamento: *“Se não viesse para cá estava na correcção”*.

Muito marcante para os jovens é também a vivência da realidade institucional em conjunto com outras crianças e jovens. O contacto que estabelecem desde o momento de entrada e que vão estabelecendo à medida que outros vão entrando parece ter implicações no seu desenvolvimento. Para além da relação com os pares, a relação com os cuidadores, seja de partilha, seja de suporte é também significativa para este desenvolvimento pessoal dos adolescentes. Em relação ao desenvolvimento social os jovens revelam ter desenvolvido um sentimento de partilha: *“Sou boa pessoa e gosto muito de estar com os meus amigos e de partilhar as coisas com eles”* e de empatia: *“consigo pôr-me mais na pele dos outros e tentar ajudar um amigo com algum problema, consigo pôr-me na pele dele para perceber o problema dele, consigo perdoar bastante...”*. A maioria refere o facto de passar a conviver com muita gente, a partilhar o quarto com mais do que



uma pessoa e a ter uma obrigatoriedade de partilha que no início é difícil mas depois passam a ver como algo bom: *“A instituição influenciou porque em casa éramos só cinco então era mais fácil quando eu queria uma coisa dizia “quero aquilo” e ponto final e aqui aprendi que tenho de fazer por isso e tornei-me mais madura e aprendi a partilhar”*

Há, no entanto, uma adolescente em particular que refere características negativas e as atribui à vivência na instituição, em oposição às que considera ser as da sua personalidade antes de ser institucionalizada. O que marca a sua personalidade é a desconfiança: *“Tornei-me com menos capacidade de confiar...mais realista” em oposição a “ingénua, um amor de criança, um doce de criatura”*.

## V - Discussão

O prolongamento por tempo indeterminado da aplicação da medida de protecção de crianças e jovens em risco de acolhimento em instituição tem como consequência um processo de adaptação longo e difícil durante o qual se conseguem distinguir várias fases. Este processo faseado traduz o modo como a experiência vai sendo vivida pela criança que cresce e se torna adolescente. A interpretação das narrativas destes adolescentes sobre as suas vivências institucionais conduziu à identificação das quatro fases anteriormente descritas. Proceder-se-á à reflexão interpretativa dos resultados, de forma a concluir o que o processo de adaptação ao acolhimento institucional pode fornecer, a nível de conhecimento teórico e a nível de implicações práticas nas instituições, de maneira a proporcionar protecção e suporte aos adolescentes.

Noutro estudo, já referido no enquadramento conceptual, Lima (2009) ao analisar a experiência da institucionalização encontra referências de períodos de tempo e descrição de sentimentos que permitem identificar diferentes fases no processo de adaptação à vida nas instituições: “fase de (não) aceitação”; “fase de revolta” e “fase de resignação”. Estas fases apresentam algum paralelismo com a “fase de (des)amparo”; “fase de revolta”, “fase de resignação” e “fase de pré-autonomia” tal como foram descritas nos resultados. Tanto a fase de (não) aceitação (Lima, 2009) como a fase de (des)amparo são marcadas por sentimentos de dor relativos à separação da família que podem ser vividos de forma mais ou menos acentuada. A aceitação referida Lima (2009) está associada ao amparo das ligações vivenciadas nesta fase. A revolta mencionada na segunda fase de Lima (2009) refere-se aos sentimentos de solidão, tristeza e abandono que advém da não-aceitação do acolhimento e afastamento da família e ao facto das figuras de referência da instituição não servirem de vínculo durante o processo de luto na separação. A segunda fase do presente estudo vai também ao encontro da fase de revolta de Lima (2009) na medida em que a revolta sentida pelos adolescentes se deve ao sentimento de desamparo, falta de suporte, sentimento de discriminação e ausência de liberdade. Tal como a “fase da resignação” (Lima, 2009), que se refere a uma fase de adaptação um pouco mais calma em que os adolescentes começam a encarar a vida

institucional de outra forma uma vez que vão ficando conscientes de que podem beneficiar com a institucionalização relativamente à vida que teriam tido no seio familiar, encontra-se a “fase de resignação” idêntica em todos os aspectos nas narrativas dos adolescentes deste estudo. No entanto, no presente estudo, foi ainda possível encontrar marcadores para uma nova fase, em que os adolescentes passam da resignação para uma preocupação com a responsabilidade do futuro, momento em que sairão da instituição; fase marcada também por uma ambição pela liberdade – “fase da pré-autonomia”.

A colocação de uma criança num Lar de Infância e Juventude é marcada por uma série de reacções e sentimentos que marcam o seu crescimento. As crianças reagem essencialmente à separação da família que, em norma, deixam de ver mesmo antes de entrar no Lar e com a qual vão ter um contacto escasso ou nulo por tempo indeterminado. Volvidos alguns anos, estas crianças que agora são adolescentes revelam ter experienciado solidão, raiva, revolta, tristeza e desorientação nestes primeiros tempos devido à separação da sua família. A reacção à separação da figura de vinculação é influenciada por diversos factores, como explica Fahlberg (2004), já referida no enquadramento conceptual. Entre esses factores, a ligação parental mantida com a criança mostra-se relevante. Um estudo de Healey & Fisher (2011) sobre a relação de factores de primeira infância como o stress ambiental e o estado do desenvolvimento na regulação emocional de crianças adoptadas, na idade pré- escolar conclui que as crianças que entram num lar adoptivo já experimentaram diferentes graus de trauma e stresse, têm de lutar para a adaptação de um novo estilo e uma nova interacção cuidador-criança podendo levar meses a mostrar sinais de estabilidade e recuperação. O facto da criança saber porque está a ser separada da família também tem um impacto na reacção posterior à separação, na medida em que esta poderá sentir-se culpada pela separação. Desta forma, a criança deve saber quais as razões da separação e entrada no lar podendo ser uma entrada planeada e não um momento abrupto.

O ambiente para onde está a ser levada também influencia a reacção à separação na medida em que um ambiente desconhecido é desfavorável, o que explica os sentimentos negativos explícitos nos resultados. Uma forma de colmatar este ponto seria preparar a mudança e a separação, levando a criança a conhecer o lar antes do momento da separação. Como o local é completamente estranho, a adaptação não se afigura fácil. Os adolescentes indicam o espaço como “fechado” numa metáfora a si mesmos que se sentiam enclausurados, longe do espaço que lhes era familiar. As rotinas são consideradas pouco flexíveis e diferentes das presentes no meio familiar. Quintãs (2009) noutro estudo realizado sobre crianças e jovens que estão ou estiveram ao cuidado de Instituições verificou também que alguns dos participantes consideram que as regras são impostas, inflexíveis e exageradas. Segundo Raymond (1998) é indiscutível a necessidade da existência de regras em qualquer instituição e se estas não existissem, a instituição não desempenhava o papel de barreira protectora, instalava-se o caos e as regras seriam impostas pelos mais fortes e mais violentos. Porém a

adaptação a estas regras não parece ser fácil e os adolescentes reagem de forma negativa às mesmas ou porque no contexto familiar se sentia uma ausência de regras e rotinas e a mudança é abrupta, ou porque as regras na instituição são transversais a todos os adolescentes ou a grupos onde estes se encontram inseridos e não são individualizadas e personalizadas. Algumas das crianças conheciam as causas que os levavam a ser colocados na instituição e, inicialmente os sentimentos não são negativos pois possuíam expectativas positivas de uma melhoria das condições de vida. No entanto, rapidamente começam a perceber que não conseguem viver longe da sua família dando início a sentimentos de tristeza e solidão.

Apesar de tudo, as pessoas encontradas na instituição são fonte de carinho, suporte e amizade, fornecendo o apoio essencial que é necessário nesta fase. Segundo Alves (2007) o sentimento de ligação aos outros, aquele que garante o apoio social e emocional, tende a diminuir a incidência de comportamentos anti-sociais e permite a sua autonomia psicológica e emocional pois faz supor que a criança tem condições para desenvolver um sentimento de pertença aos indivíduos e ao espaço que a rodeia, sentindo-se parte e não elemento exterior. A construção de um sentimento de identidade, com base no estabelecimento de relações interpessoais positivas na instituição, com adultos e pares, permite participar no funcionamento da instituição, como indivíduo com opiniões próprias que são ouvidas e aceites. Quintãs (2009) salienta que os recursos humanos, a sua presença, os seus esclarecimentos, o seu afecto, a sua compreensão parecem ser um aspecto basilar na recepção da criança/jovem na instituição. E Lima (2009) refere o papel que a amizade desempenha na vida destes adolescentes: a entreatajuda, a partilha dos acontecimentos das suas vidas, a protecção, laços criados e muito mais. Desta forma, as relações criadas na instituição geram um sentimento de ligação, de pertença, partilha e suporte colmatando, de alguma maneira, mas nunca totalmente, os sentimentos criados pela separação da família.

Ainda que exista este amparo das relações, as separações são os acontecimentos que deixam marcas mais negativas na vida destes adolescentes e com o passar do tempo eles percebem que não regressam a casa, às suas famílias e que têm de ficar na instituição, com as regras que apontam como rígidas essencialmente por falta de liberdade e pelo facto de, ao chegar a determinada idade terem de cuidar dos mais novos apontando também para a falta de apoio e sentimento de desamparo. Nesta fase, essencialmente marcada por revolta, os adolescentes descrevem ruptura nas ligações e sentimento de discriminação por viverem na instituição. A revolta em viver na instituição e longe da família é marcada por comportamentos de fuga e sentimentos de medo e tristeza. Esta fase assemelha-se de alguma forma ao segundo estágio do processo de luto, descrito por Bowlby, o estágio do Desespero e Desorganização em que desesperam com a ideia da figura de vinculação não voltar mas continuam atentos e aparentam estar preocupados e deprimidos, reagindo logo a estímulos que possam indicar a presença desta figura – muito explícito em casos específicos de depressão e de fuga ao encontro da família.

Para além destes sentimentos interiores referentes ao processo de separação e adaptação à novidade, parece existir discriminação relativamente ao facto destas crianças serem institucionalizadas, no espaço exterior à instituição provocando uma revolta ainda maior. O facto das crianças não irem para casa, não darem uma morada “normal”, o encarregado de educação não ser o pai ou a mãe e não terem estes à espera deles no final das aulas marca a diferença em relação às outras crianças que, provoca a dúvida, as questões e os comentários. A sensibilização nas escolas e o apoio para estas crianças e jovens devia ser mais acentuado na medida em que, para além da fraca informação da população em relação à institucionalização de crianças e jovens alguns estudos sugerem que algumas crianças institucionalizadas revelam dificuldades escolares, apresentando fracos resultados académicos (Vorria et al, 1998; Wormelli & Carter, 1990 in McLean, 2003).

A acrescentar a todo este aglomerado de acontecimentos, os jovens destacam nesta fase a ruptura de ligações quer com os cuidadores, quer com os pares (por separação ou por zanga) e também com irmãos. Lima (2009) relata que, no seu estudo, alguns adolescentes falam de acontecimentos em que os amigos se revelaram desleais criando situações, verídicas ou não, em que os prejudicaram. Estas traições geram desconfiança e provocam grandes angústias. Relativamente à separação de irmãos, estes parecem ser a única família que lhes resta, custando-lhes tanto como no momento da separação da família e entrada no lar. A separação de cuidadores remete para a rotatividade dos cuidadores nas instituições que é tratada como um processo organizacional, do interesse da Instituição e não do interesse superior das crianças e jovens que criaram um vínculo àquele cuidador acabando por criar o sentimento de ligação e pertença acima referido a partir desse vínculo e que, de um momento para o outro é desfeito, provocando na criança ou adolescente sentimentos de desamparo como tristeza, desorientação e solidão. Um outro momento causador de turbulência interna é aquele em que os utentes, já mais velhos têm de cuidar dos mais novos. Lima (2009) refere também no seu estudo que antes de poderem cuidar de alguém, estes jovens precisam que cuidem deles, de ser expostos a modelos de relação adequados, baseados no afecto, no respeito, na empatia, na reciprocidade e na assertividade. O simples facto de terem crescido, de terem deixado de ser crianças para serem adolescentes, não faz dos indivíduos colocados ao cuidados de um Lar automaticamente capazes de cuidar dos seus pares mais novos. Principalmente porque ao fazê-lo tenderão a reproduzir modelos educativos a que foram expostos mas que não eram adequados (Kaufman & Ziegler, 1989 in Lima, 2009).

A fase da revolta é a fase com maior duração começando quando ainda são crianças mas podendo ir, nalguns casos até ao final do período de institucionalização e, na maioria, até ao momento em que atingem a maturidade para se resignarem. Assim, numa fase em que se passa pela adolescência, os jovens descrevem que não têm momentos de liberdade para sair à noite, namorar ou estar com os amigos, como os colegas que vivem fora da instituição, causando-lhes mais uma vez um sentimento de revolta.

Será uma tarefa desafiadora, mas necessária, para as Instituições mediar o período de moratória destes adolescentes, que necessitam de livre experimentação de papéis, procurando alternativas e testando-se a si próprio em diversas experiências sem serem aprisionados por regras que nem sempre entendem e em constante mudança. Este período é fundamental para que os jovens construam a sua identidade e confiem nos outros sendo que também a Instituição deverá criar condições para se dar este processo (Campos, 1990)

Entretanto, alguns dos adolescentes são capazes de acalmar esta revolta com o passar do tempo. Racionalizam a sua vivência na instituição, justificando para si mesmos que o seu regresso a casa não é possível e a instituição lhes oferece melhores condições de vida. Dizem perceber melhor as regras, a forma como os cuidadores os tratam e o facto de terem ido para a instituição e apontam isso ao facto de terem crescido e serem mais maduros, ou seja um certo desenvolvimento cognitivo.. Esta é uma fase que faz de ponte entre a revolta e a saída da instituição. Segundo Lima (2009), os adolescentes que revelam resignação face à vida institucional, mostram possuir uma certa orientação para o futuro, superior à manifestada para o passado e para o presente. Os adolescentes mais orientados para o passado ainda manifestam revolta, nenhuma resignação. Antes da “fase da pré-autonomia” em que eles se confrontam com a responsabilidade de viverem por si sós, um pouco antes de saírem da instituição, passam por esta fase em que se resignação a viver nela e a aproveitar o que esta lhes pode oferecer para crescerem da melhor forma.

Por último, a fase da pré-autonomia em que os adolescentes se confrontam com o facto de terem de sair brevemente da instituição. É uma fase marcada por mais liberdade concedida pelas Instituições, e por uma responsabilidade que será viver sozinho sem apoio, após a saída da instituição. Alguns adolescentes revelam atitudes de reserva e receio de não virem a ser bem sucedidos em relação ao seu futuro. Lima (2009) no seu estudo revelou que muitos dos adolescentes da amostra se angustiaram com a antecipação do momento da saída da instituição, não se sentiam preparados para viver com autonomia. Este momento de saída da instituição envolve uma enorme vulnerabilidade na medida em que, se para os adolescentes não institucionalizados o desejo de autonomia não significa ruptura com as figuras de vinculação (Soares, 1996), tal não ocorre no caso dos adolescentes institucionalizado e a sua saída implica uma ruptura com a Instituição e a sua função protectora. Este é mais um momento de separação e de confronto com a novidade equivalente ao momento da “fase do (des)amparo”. Embora os adolescentes tenham novas competências e novos vínculos, será um momento de separação da instituição onde cresceram e a entrada num mundo completamente novo. Num estudo conduzido por Dixon e Stein (2003), os adolescentes que saíram das unidades residenciais de acolhimento revelaram vários problemas na transição e adaptação à vida autónoma: disrupção e abandono escolar, vadiagem, vitimização pelos pares, mudanças frequentes de casa, não arranjar casa onde viver, ruptura de amizades e de contacto com antigos cuidadores.

É pois necessário que as Instituições procurem preparar estes jovens

para este momento de fase pós-institucionalização e fase de desenvolvimental. Quando, de facto, o projecto de vida destes adolescentes passa, quase sem alternativa, pela autonomização, a Instituição precisa de os ajudar a concretizar este projecto, procurando que neste se contemplem, o mais possível, os projectos de vida pessoais dos adolescentes. A nível nacional, e no âmbito da protecção de menores, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de dotar as Instituições, em quantidade e conhecimento, com equipas capazes de encontrarem alternativas válidas à institucionalização e de, nos casos em que tal não seja possível, ajudarem os adolescentes a fazerem uma boa transição da instituição para o exterior na circunstância da sua autonomização. Algumas das instituições, como referido pelos adolescentes nas narrativas, já os preparam dando-lhes mais responsabilidades e liberdade, mas a manutenção dos vínculos é essencial assim como apoio continuado para saber viver em sociedade – não é dos 17 para os 18 anos ou dos 20 para os 21, que se aprende a ganhar e gerir o próprio dinheiro, tempo, criar planos a curto e longo prazo, cuidar de uma casa e ainda viver com um passado atribulado sem uma base segura a quem recorrer. É também necessário ajudar os adolescentes a realizar de uma forma adequada as tarefas desenvolvimentais próprias da nova fase da vida como o estabelecimento de relações de intimidade sãs e duradouras (Lima, 2009).

Relativamente à percepção do desenvolvimento destes adolescentes, que entram na instituição ainda crianças, é essencialmente caracterizado por atributos positivos que parecem advir do facto deles perceberem que, de alguma forma, só podem contar com eles próprios. Deste modo, estes atributos são forças para lutar contra as adversidades porque precisam delas mais do que qualquer outra criança ou adolescente que cresce num ambiente familiar seguro; de alguma forma precisam de sentir que conseguem viver sem cair, caso contrário não existirá ninguém para os amparar. No entanto, o seu auto-conceito, enquanto crianças, era marcado, para além das características normais da infância por desregulação comportamental e sentimental podendo ser comportamentos de internalização e de externalização, consequência dos maus-tratos que alguns narraram vivenciar em casa.

Segundo Lima (2009), por reacção à adversidade que têm vindo a enfrentar, pode emergir um falso self nos adolescentes, que resiste às contrariedades e os ajuda a ser corajosos e optimistas. Um self que os induz a serem simpáticos, amigos, divertidos, ou seja, que faz deles adolescentes que suscitam a aproximação e a atenção das outras pessoas. Na verdade, os adolescentes consideram-se responsáveis, autoconfiantes, pacíficos, ambiciosos, persistentes, empáticos e com sentimento de partilha. São características que os descrevem como sociáveis e que parece estar associado com a amizade indiscriminada descrita no enquadramento conceptual - é considerada um comportamento amistoso e afectuoso para com todos os adultos, inclusive estranhos, sem os receios ou precauções típicas das crianças normais (Tizard, 1977 in McLean, 2003). A manifestação deste comportamento faz parecer que qualquer adulto é

importante para a criança desde que responda às suas necessidades. Através da forma como se apresentam, os adolescentes podem estar a tentar garantir a aproximação de outras pessoas, nomeadamente estranhos beneficiando, a partir daí de uma atenção que pode até tornar-se exclusiva.

Dado que todo o percurso de adaptação ao acolhimento institucional é marcado por um sentimento de separação da família, ainda que alguns adolescentes se resignem a viver na instituição é importante salientar o papel central que as instituições têm como figura de suporte para estas crianças e adolescentes. Os momentos revelados como mais positivos pelos adolescentes são aqueles em que eles podem partilhar as suas vivências, podendo confiar em alguém. Desta forma, parece fundamental a partilha das suas histórias de vida ao longo do período de institucionalização como forma de libertar ansiedade e dor sendo primordial para criar vínculos com base na confiança. Para além destes momentos de partilha, tendo em conta o processo faseado, a instituição pode de forma individualizada e personalizada perceber em que fase a criança se encontra e adaptar factores protectores para minimizar o seu sofrimento. Por exemplo, no momento de entrada, o suporte e o conhecimento do local para onde se vai, parece ser o melhor “amparo” desta primeira fase e na fase da revolta, para além do suporte e da partilha de emoções que envolve a libertação de medos e dor (que devem ser constantes), deve respeitar-se a entrada na adolescência e não usar regras transversais a todas as idades de forma a que o adolescente procure alternativas para a sua identidade.

## **VI- Conclusões**

Após a recolha de entrevistas junto dos adolescentes foram encontradas quatro fases de adaptação ao acolhimento prolongado, em Lares de Infância e Juventude, de crianças e jovens em risco, durante a análise de narrativas de nove adolescentes institucionalizados há mais de cinco anos, baseada no método da Grounded Analysis – “fase de (des)amparo”; “fase de revolta”; “fase de resignação” e “fase de pré-autonomia”. São fases notoriamente marcadas por um sofrimento inerente à distância da família que se reflecte de diferentes formas ao longo do tempo. Embora as fases não sejam demarcadas temporalmente, (desde a entrada até ao segundo ano de vivência institucional, por exemplo) elas seguem o mesmo curso e o mesmo sentido. Algumas crianças passam de uma fase para a outra mais depressa, outras estagnam numa das fases, como numa caminhada que cada um faz à sua maneira mas que segue o mesmo percurso. Cada fase caracteriza-se por sentimentos diferentes que reflectem o impacto das diferentes vivências marcadas pela institucionalização e ausência familiar assim como pelo desenvolvimento interno que ocorre em cada indivíduo. Na primeira fase a separação e perda da família e novidade e estranheza do novo contexto são o que provocam mais impacto; a “fase da revolta” continua a ser marcada pela ausência familiar e rigidez da rotina institucional; a fase em que os adolescentes se resignam é uma fase de maior maturidade, em que os

adolescentes racionalizam e vêm vantagens em residir na instituição, parecendo aceitar de alguma forma esse facto antes da fase em que sentem o peso da responsabilidade de sair da instituição – “fase da pré-autonomia”.

Actualmente, no Norte da América existe um forte movimento a favor da construção de casas e preservação da família (Brown & Hill, 1996 *in* Anglin, 2002). Estes programas procuram fornecer intervenções fortes e curtas na vida das famílias em vez de neutralizar o problema sem ter de remover as crianças das suas próprias casas. A institucionalização tradicional tem sido vista internacionalmente, pelo menos por muitos, como passado perdido, excessivamente intrusivo e exorbitantemente caro (Gottesman, 1994 *in* Anglin, 2002). No entanto, em Portugal, vigora ainda uma abordagem tradicional e dispendiosa que resulta num processo longo de afastamento das crianças e adolescentes da sua família. É necessário dar a importância necessária aos laços familiares já que o corte abrupto que ocorre na separação, mesmo que as crianças vivam em condições de negligência ou maus-tratos, provoca um sofrimento notório em todas as fases de institucionalização. A sua retirada para um meio protector é, ainda assim, importante de forma a que a criança seja afastada de um meio que lhe é prejudicial e possa ser nutrida de afecto. No entanto, parece ser imprescindível que, em simultâneo, e as famílias sejam alvo de uma intervenção rigorosa e focada no desenvolvimento das competências omissas, por forma a que a institucionalização do menor seja verdadeiramente uma medida de protecção com carácter temporário. Não é um objectivo desta medida o retorno da criança à família?

No entanto, embora estas fases tenham sido encontradas nesta amostra e tenham alguma proximidade com as de outros estudos (Lima, 2009), poderão ser generalizadas para todos os adolescentes em acolhimento prolongado? Porque será que há adolescentes que não se resignam e permanecem na fase da revolta? Embora os que se resignaram o justificassem com o alcance de alguma maturidade, e o facto de serem adolescentes mais velhos, será essa a justificação? Haverá factores externos que ajudarão à resignação e/ou a outra forma de adaptação mais positiva à instituição, sem ser esta revolta que permanece no seu discurso? O funcionamento da instituição, os grupos criados onde se inserem segundo diferentes faixas etárias, são adequados a estas fases, a estes sentimentos? São questões que ficaram por averiguar mas ficarão em aberto para possíveis investigações futuras.

## **Bibliografia**

Alarcão, M (2000). *(Des) Equilíbrios familiares*. Quarteto:Coimbra

Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Isesp.

Anglin, J. (2002). *Pain, Normality, and the Struggle for Congruence*:

Processo de Adaptação de Crianças e Jovens em Risco ao Acolhimento Prolongado em Lares de Infância e Juventude  
Bárbara Sampaio da Costa (e-mail:barbarasampaiodacosta@gmail.com) 2013



*Reinterpreting Residential Care for Children and Youth*. New York: Routledge

Brazelton, B., & Greenspan, S. (2002). *A criança e o seu mundo. Requisitos essenciais para o crescimento e a aprendizagem*. Lisboa: Editorial Presença.

Belsky (1993). Etiology of Child Maltreatment. A Developmental – Ecological Analysis. *American Psychological Association*, 114 (3), 413-434

Bogdan, R. & Biklen, S. (2003). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos. Coleção Ciências da Educação*. Porto: Porto Editora

Campos B. (1990). *Psicologia do Desenvolvimento e Educar de Jovens*. Lisboa: Universidade Aberta

Canavarro, C. (2004). Vinculação, perda e luto: implicações clínicas. *Psychologica*, 35, 35-47

Charmaz, K. (2004). Grounded Theory. In S. Hesse-Biber, & P. Leavy (Eds.). *Approaches to Qualitative Research*. NY: Oxford University Press, 496-521

Chisholm (1998). A three-year follow-up attachment and indiscriminate friendliness in children adopted from Romanian orphanages. *Child Development*, 69, 1092-1106

Cicchetti, D. (1996). Child maltreatment: Implication for developmental theory and research. *Human Development*, 39, 18-39

Daly, K. J. (2007). *Qualitative methods for family studies & human development*. Thousand Oaks, CA: Sage

Dixon, J. & Stein, M. (2003). Leaving Care in Scotland: the Residential Experience. *Scottish Journal of Residential Child Care*, (2), 7-17

Fahlberg, V. (2004). *A Child's Journey through Placement*. (7.<sup>a</sup> Ed.) London: BAAF – UK Edition

Fernandes, E. & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In E. Fernandes & Almeida (Eds.). *Métodos e Técnicas de Avaliação. Contributos para a Prática e Investigação Psicológicas*. Braga: UM, Centro de Estudos em Educação e Psicologia

Fisher, L.; Ames, E. Chisholm, K. & Savoie, L. (1997). Problems reported by parents of Romanian orphans dopted to British Columbia.

*International Journal of Behavioral Development*, 20, 67-83

Gaspar, A. (2000). *Crianças e Jovens que vivem em Lar – Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*. Lisboa: Coleção Estudos

Healey, C & Fisher, P. (2011). Young children in foster care and the development of favorable outcomes. *Children and Youth Services Review*, 33, 1822-1830

Johansson, J. & Andersson, B. (2006). Living in residential care: experiences in a treatment home for adolescents in Sweden. *Child Youth Care Forum*, 35, 305-318

Lima L. (2009). *Estórias e Projectos de Vida de Adolescentes Institucionalizados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra sob orientação da Professora Doutora Conceição Taborda Simões e do Professor David Wolf.

Maclean, K. (2003). The Impact of Institutionalization on Child Development. *Development and Psychopathology* 15, 853-884

Manso, J.; García-Baamonde, M., Alonso M. & Barona E. (2011). An analysis of how children adapt to residential care. *Children and Youth Services Review*, 33 1981 – 1988

Martins, P. (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais” In Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: *Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Maio de 2005

Morison, S.; Ames, E. & Chisholm, K (1995). The development of children adopted from Romanian orphanages children. *Merrill-Palmer Quarterly*, 46, 717-737

Murray, M. (2003). Narrative Psychology and Narrative Analysis. In P. Camic, J. Rhodes, L. Yardley (Eds.) *Qualitative Research in Psychology. Expanding Perspectives in Methodology and Design*. Washington, DC: APA, 95-112

Quintães, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Tese de mestrado não publicada. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Ramião, T. (2010). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*

*Anotada e Comentada.*(6.ª Ed.) Lisboa: Gráfica Almondina

Raymond, M. (1998). Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição. *Infância e Juventude*, 3, 9-75.

Rutter, M. & the ERA Study Team (1998). Development catch-up, and deficit, following adoption after severe global early privation. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 39 (4), 465-476

Soares, I. (1996). *Representação da Vinculação na Idade Adulta e na Adolescência*. Braga: Universidade do Minho, IEP

Soares, I.; Silva, J.; Marques, S.; Baptista, J. & Oliveira, A. (2010). Uma perspectiva desenvolvimental sobre o impacto da institucionalização e da adoção em crianças. In. C. Machado. (Coord.). *Vitimologia: das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção*. (45-80). Braga: Psiquilibrios Edições

Wolfe, D. (1999). *Child Abuse. A development Perspective of the Abused Child*. Thousand Oaks: Sage Publications

Zimmerman, S. (2004). *Adolescent Resilience: a Framework for understanding healthy development in face of risk*. Department of Health Behavior and Health Education, School of Public Health University of Michigan

## Anexos

### Anexo 1

#### Guião de Entrevista

Estás aqui há quanto tempo?

1. Porque é que achas que estás a viver aqui?
2. Lembras-te como era a tua vida antes de vires para aqui?  
Que memórias tens desse tempo?
3. Desde que deixaste a tua família, tens estado sempre aqui, ou já estiveste noutras instituições?
4. Lembras-te do dia em que vieste para aqui? Como foi a tua vinda? O que sentiste nesse dia?
5. E quando aqui chegaste como foi? Quem te recebeu? O que achaste das pessoas que te receberam e do ambiente em que estavas? O que foi mais marcante?
6. Nesses primeiros tempos como te sentiste aqui? Foi fácil adaptares-te à vida na Instituição?
7. Sentiste que estavas melhor/pior aqui?
8. Desde que aqui chegaste até hoje como tem sido viver na Instituição?
9. Olhando para trás, para a tua vida aqui, as tuas memórias são, acima de tudo, boas ou más?
10. Tens-te sentido sempre da mesma maneira ou longo do tempo? Ou achas que foi variando?
11. A tua maneira de ver a instituição tem sido sempre igual ou foi mudando?
12. O que é que aconteceu na instituição que torna mais fácil/mais difícil viver aqui?
13. Como te tens sentido ao longo do tempo aqui passado?
14. O teu dia-a-dia tem sido sempre igual? Que alterações tem sofrido ao longos destes anos? Porquê?
15. O que é que tu sentes que acontece na Instituição que mais te ajuda a viver cá bem?
16. Como tem sido o contacto com a tua família ao longo deste tempo? Após estares ou contactares com a tua família, sentes o mesmo em relação a viver cá ou alguma coisa muda?
17. Viver aqui hoje tem para ti um sentido diferente do que já teve no passado? O que é que mudou?
18. Recordas-te de algum momento que tenha sido realmente marcante neste percurso?
19. O que mais gostaste neste tempo, desde que entraste para a instituição? O que menos gostaste...?

20. Hoje, como te caracterizas? E antes de entrares na Instituição? Achas que a Instituição influenciou a tua maneira de ser?

## Anexo 2

Exm.º Sr.  
Director da

Eu, Bárbara Sofia Ferreira Sampaio da Costa, aluna do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, encontro-me no presente ano lectivo a realizar tese de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, sob orientação científica da Professora Doutora Luiza Nobre Lima. O meu trabalho de investigação aborda o Processo de Adaptação de Crianças e Jovens ao Acolhimento Prolongado em Lares de Infância e Juventude e tem como objectivo perceber como se caracteriza este mesmo processo. Para tal, será necessário entrevistar 9 crianças e/ou adolescentes que estejam institucionalizados há pelo menos 5 anos e com mais de 10 anos de idade. Venho, desta forma solicitar a sua autorização para que estas entrevistas possam ser realizadas na instituição que dirige, com as crianças e adolescentes que correspondam a estes critérios e que desejem colaborar.

Os dados obtidos durante as entrevistas serão utilizados exclusivamente no âmbito da investigação, sendo garantida a confidencialidade e o anonimato dos sujeitos entrevistados, assim como da Instituição.

Despeço-me com os melhores cumprimentos, agradecendo, desta já, a atenção dispensada a este assunto.

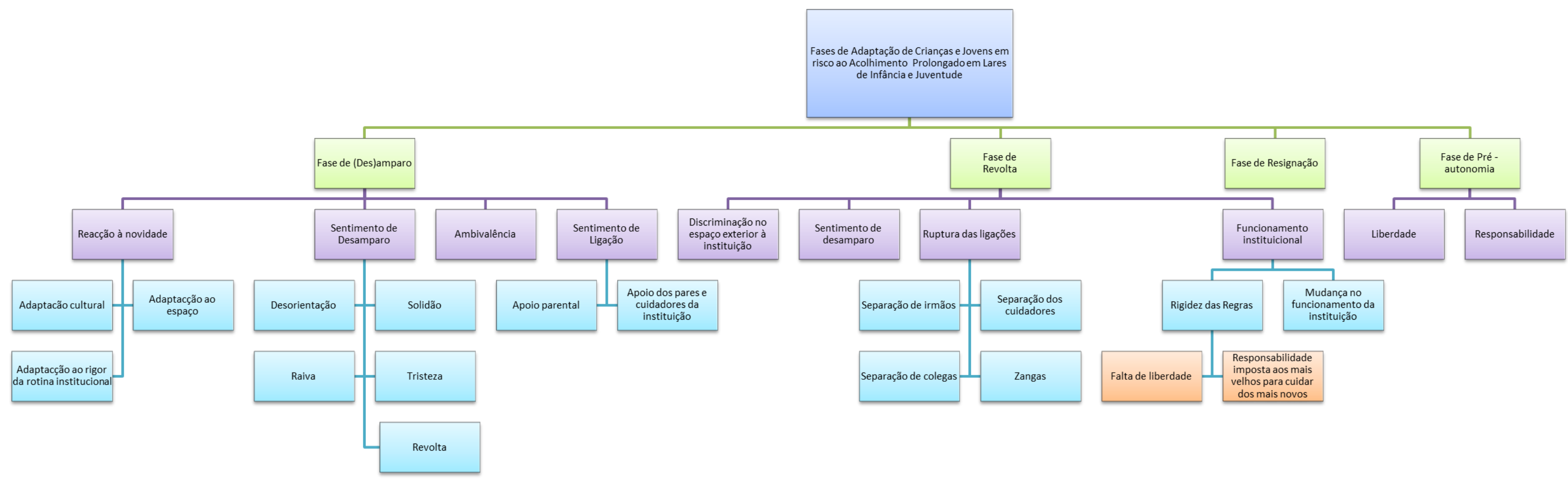
Coimbra, 5 de Janeiro de 2013

Bárbara Sampaio da Costa

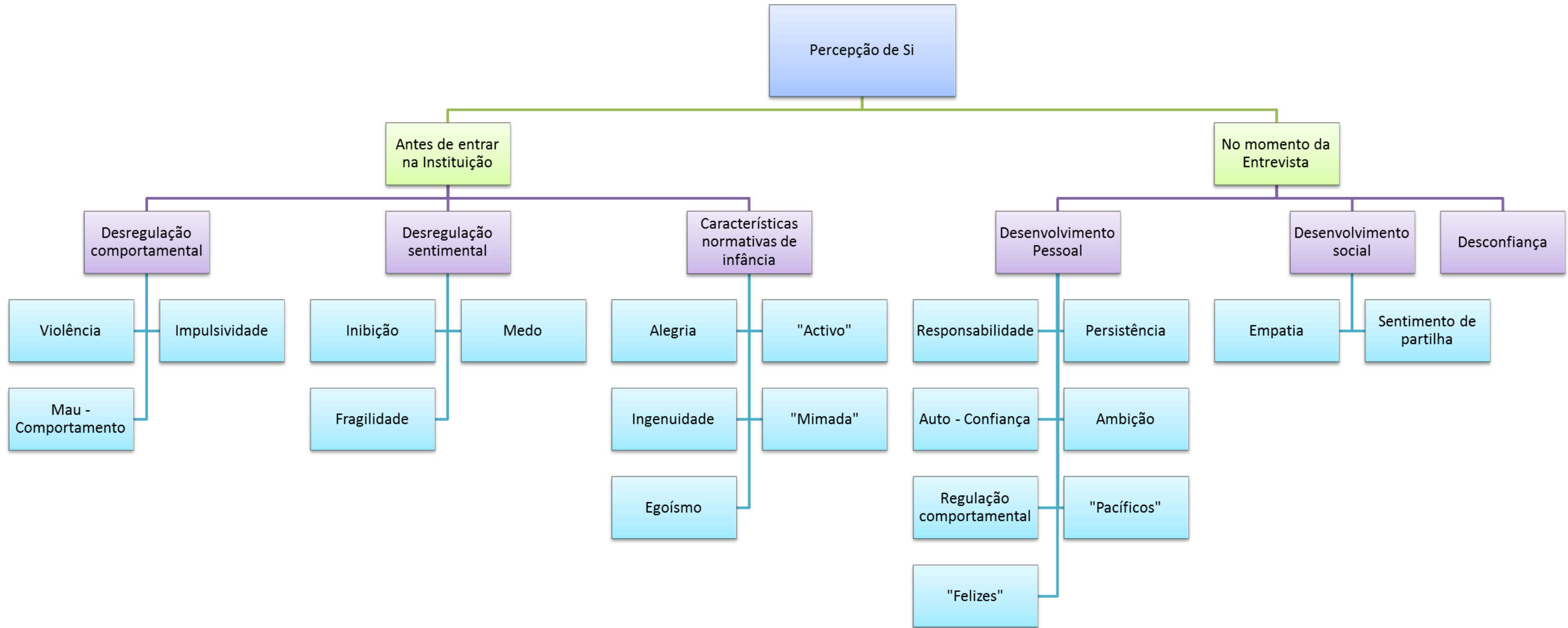
---

(Bárbara Sampaio da Costa)

Anexo 3



Anexo 4





Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Errata da Dissertação de Mestrado

O Processo de Adaptação de Crianças e Jovens em Risco ao Acolhimento Prolongado  
em Lares de Infância e Juventude

<b>Página</b>	<b>Linha</b>	<b>Onde se lê</b>	<b>Deve-se ler</b>
Resumo	19	forma	maneira
Resumo	30	experience had influenced	experience influenced
Resumo	37	and and	and
Índice	16	23	22
Índice	21	34	33
3	19	torna-las	torná-las
9	2	para os outros seja	para os outros possa ser
10	46	Ae	a
13	33	(anexo 1)	(cf. Anexo 1)
14	39	Desde	deste
14	40	Estenta	estensa
17	27	mas. no entanto,	no entanto
19	3	um comecei	um dia comecei
20	14	lar de infância e juventude	Lar de Infância e Juventude
22	28	Experiencias	experiências
27	35	referida Lima (2009)	referida em Lima (2009)
27	43	de suporte, sentimento	de suporte, para além de sentimento
28	12	Vão	Vão
34	15	Negligencia	negligência
34	20	e as famílias	as famílias
34	21	por forma	de forma
Anexo 3	Fase de (des)amparo	Adaptacção cultural	Adaptação cultural
Anexo 3	Fase de (des)amparo	Adaptacção ao rigor da rotina intitucional	Adaptação ao rigor da rotina institucional
Anexo 3	Fase de (des)amparo	Adaptacção ao espaço	Adaptação ao espaço

Nota 1 – A falta de espaçamentos não foram considerados na presente errata.

Nota 2 – Na página 34, o último parágrafo lê-se como segundo e o segundo como último.

Coimbra, 2013

Dissertação de Mestrado sob orientação da Professora Doutora Luiza Nobre Lima  
Mestranda: Bárbara Sampaio da Costa